

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**Vanesca Fin Zimmermann**

**O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS CONSEQUÊNCIAS  
PARA OS TRABALHADORES BANCÁRIOS NO BRASIL DE 1995 A 2015**

Santa Maria, RS  
2017

**Vanesca Fin Zimmermann**

**O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS CONSEQUÊNCIAS  
PARA OS TRABALHADORES BANCÁRIOS NO BRASIL DE 1995 A 2015**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Alfredo Massen Prieb

Santa Maria, RS  
2017

**Vanesca Fin Zimmermann**

**O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS CONSEQUÊNCIAS  
PARA OS TRABALHADORES BANCÁRIOS NO BRASIL DE 1995 A 2015**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

**Aprovada em 11 de julho de 2017:**

---

**Sergio Alfredo Massen Prieb, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Élder Estevão de Mello, Ms. (UFSM)**

---

**Lazaro Camilo Recompensa Joseph, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2017

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Sérgio Prieb pela paciência, dedicação e conhecimentos transmitidos, os quais contribuíram muito na minha formação acadêmica.

Agradeço aos meus familiares, especialmente minha mãe Eulália e ao meu padrasto Ênio por toda a força e apoio que me deram nesses intermináveis anos de graduação. A minha mãe, não há palavras que consigam expressar toda admiração, carinho e amor sentido, fora os ensinamentos e apoio nos momentos difíceis da minha vida, sempre acreditando na minha capacidade de vencer. Mãe, você é um exemplo de vida, te amo muito.

Agradeço ao meu namorado e companheiro, Antônio, pela paciência, carinho e amor. Sendo o meu porto seguro nos momentos difíceis, sempre me apoiando e acreditando que tudo daria certo.

Agradeço também aos meus colegas e amigos por contribuírem de uma forma ou outra pela conquista deste título.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e que contribuem para que ela seja cada vez melhor.

## RESUMO

### **O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES BANCÁRIOS NO BRASIL DE 1995 A 2015**

AUTOR: Vanesca Fin Zimmermann

ORIENTADOR: Sérgio Alfredo Massen Prieb

O processo de reestruturação produtiva no setor bancário se intensificou a partir da década de 1990 e ainda vem trazendo mudanças no setor com muitas consequências para seus trabalhadores. A introdução de inovações tecnológicas e de novas formas organizacionais no interior das agências bancárias reflete diretamente nos interesses dos funcionários. Assim, faz-se necessário conhecer como se deu o processo de reestruturação produtiva para melhor compreender as consequências ocorridas com os trabalhadores bancários. Foi feita uma revisão bibliográfica em trabalhos científicos, livros, entre outras fontes, conseguindo, assim, chegar aos resultados desejados. Foi analisado que a reestruturação produtiva no Brasil começou de forma lenta durante os anos de 1980, assumindo um papel hegemônico a partir dos anos 90. A importância da entrada do neoliberalismo e do modelo Toyotista no país, a partir dos anos 90, trouxe a explosão do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho cujas implicações perduram ainda hoje na vida dos trabalhadores brasileiros. No setor financeiro, o processo de terceirização de serviços, as privatizações, vendas, fusões de bancos, os altos investimentos tecnológicos provocaram demissões em massa, intensificação e sobrecarga de trabalho, aparecimento de doenças psíquicas e físicas nos bancários. Enquanto que para os banqueiros foi benéfica, pois conseguiram manter o lucro elevado dos bancos.

**Palavras-chave:** Reestruturação produtiva. Setor bancário. Trabalhadores bancários.

## ABSTRACT

### THE PROCESS OF PRODUCTIVE RESTRUCTURING AND THEIR CONSEQUENCES FOR BANK WORKERS IN BRAZIL FROM 1995 TO 2015

AUTHOR: Vanesca Fin Zimmermann  
ADVISOR: Sérgio Alfredo Massen Prieb

The process of productive restructuring in the banking sector has been intensified since the 1990s and it has still been bringing changes in the area with many consequences for its workers. The introduction of technological innovations and new organizational forms within the bank agencies directly reflects the interest of its employees. Thus, the need for knowing how the productive restructuring has taken place becomes necessary so that a better understanding of the consequences to the bank workers can be obtained. A bibliographical review was made in scientific articles, books and other sources, in order to achieve the desired results. The analysis has shown that productive restructuring began slowly during the 1980s, adopting a hegemonic role along the 90s. The importance of the entrance of neoliberalism and the Toyotist model in the country in the 90s brought along a boom in unemployment, informal work and job insecurity which still holds consequences on the lives of Brazilian workers to this day. In the finance sector, the process of outsourcing, privatization, sales, bank fusions and high technological investments have caused mass dismissal, work overload and the appearance of physical and psychological illnesses in bank workers. At the same time, these changes were beneficial for bankers, for they managed to maintain the high profit margin for the banks.

**Keywords:** Productive restructuring. Banking sector. Bank workers.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> -	Organograma do Sistema Financeiro Nacional do Brasil.....	26
<b>Figura 2</b> -	Quantidade de Agências Bancárias no Brasil de 2005 a fevereiro de 2016.....	37
<b>Figura 3</b> -	Bancos com as maiores redes de Agências no Brasil entre 2012 a fevereiro de 2016.....	37
<b>Figura 4</b> -	Quantidade de Correspondente Bancários no país entre 2004 a fevereiro de 2016.....	38
<b>Figura 5</b> -	Lucro Líquido dos cinco maiores bancos, excluindo-se efeitos extraordinários Brasil 2014 e 2015 (em R\$ milhões).....	40
<b>Figura 6</b> -	Patrimônio Líquido das instituições do segmento bancário (em bilhões R\$).....	40
<b>Figura 7</b> -	Total de transações e atendimento com e sem movimentação financeira entre 2011 a 2015 (em bilhões).....	42
<b>Figura 8</b> -	Total de transações por canal entre 2011 a 2015.....	43
<b>Figura 9</b> -	Internet Banking, transações em bilhões, com e sem movimentação financeira entre 2011 a 2015.....	43
<b>Figura 10</b> -	Transação com <i>Mobile Banking</i> entre 2011 a 2015 (Bilhões).....	44
<b>Figura 11</b> -	Composição do dispêndio com tecnologia por setores no Brasil.....	44
<b>Figura 12</b> -	Estoque estimado de empregos no setor financeiro no Brasil: 1989-1997.	46

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> -	Cronologia da criação dos bancos estaduais.....	22
<b>Quadro 2</b> -	Bancos Estaduais Privatizados.....	33
<b>Quadro 3</b> -	Aquisições bancárias com incentivos do PROER.....	34
<b>Quadro 4</b> -	Estoque de emprego no setor financeiro Brasil: 1994 – 2000.....	46

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Bancos que receberam recursos do PROER.....	34
<b>Tabela 2</b> - Os dez maiores bancos no Brasil em dezembro de 2015.....	35
<b>Tabela 3</b> - Número de bancos no Brasil por categorias selecionadas.....	36
<b>Tabela 4</b> - Lucro líquido dos cinco maiores bancos em Dezembro de 2011 (em milhares de reais).....	39
<b>Tabela 5</b> - Margens de lucro dos cinco maiores bancos, em % da receita de intermediação Exercício de 2011.....	41
<b>Tabela 6</b> - Estoque de emprego nos seis maiores banco e saldos Brasil – 2011 e 2012.....	47
<b>Tabela 7</b> - Número de empregados nos cinco maiores bancos e variação Brasil – 2014 e 2015.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Quantidade de Bancos entre 2005 e 2015 no Brasil.....	36
---	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>14</b>
2.1	O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO TAYLORISTA-FORDISTA.....	14
2.2	O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO TOYOTISTA.....	15
<b>3</b>	<b>REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR BANCÁRIO.....</b>	<b>19</b>
3.1	HISTÓRIA DOS BANCOS NO BRASIL.....	19
<b>3.1.1</b>	<b>Bancos Públicos Federais: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Bancos Públicos Estaduais.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Principais bancos privados nacionais: Bradesco e Itaú.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1.4</b>	<b>Sistema Financeiro Nacional.....</b>	<b>24</b>
3.2	TRANSFORMAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO.....	27
3.3	PRIVATIZAÇÕES, PROES E PROER.....	31
3.4	BANCOS E AGÊNCIAS BANCÁRIAS.....	35
3.5	LUCRATIVIDADE E INVESTIMENTOS TECNOLÓGICOS.....	38
<b>4</b>	<b>OS EFEITOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SOBRE OS BANCÁRIOS.....</b>	<b>45</b>
4.1	ESTOQUE DE EMPREGO.....	45
4.2	INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO.....	47
4.3	SAÚDE DO TRABALHADOR.....	49
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva no setor bancário se intensificou a partir da década de 1990 e ainda vem trazendo mudanças no setor com muitas consequências para seus trabalhadores. A introdução de inovações tecnológicas e de novas formas organizacionais no interior das agências bancárias reflete diretamente nos interesses dos funcionários. Assim, faz-se necessário conhecer como se deu o processo de reestruturação produtiva para melhor compreender as consequências ocorridas com os trabalhadores bancários.

A década de 1980 foi marcada pelas elevadíssimas taxas de inflação que reduziam o poder de compra da população brasileira. Porém, as instituições financeiras foram as que mais obtiveram resultados positivos, pois eram as que mais ganhavam com o aumento da inflação, obtendo, assim, altas taxas de lucros.

A partir de 1994, quando o Plano Real foi implantado com o objetivo de combater a inflação, o setor bancário deixou de ter os enormes ganhos com a inflação. Foi nessa década que se intensificaram os programas de reestruturações e mudanças no setor. Os presidentes desse período, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso adotaram políticas neoliberais como o incentivo a privatizações de empresas públicas, inclusive bancos públicos, e a abertura da economia para o mundo o que trouxe empresas e capitais estrangeiros para o Brasil, o que de certa forma foi o que mais propiciou as privatizações.

Até a década de 1990, existiam vários bancos estaduais que empregavam diversos trabalhadores e serviam como financiadores do desenvolvimento econômico estadual. Até então, as instituições bancárias possuíam vários funcionários que prestavam diversos serviços bancários ao público, mas com as constantes mudanças no cenário econômico e social, com a informatização e com a reestruturação produtiva, as agências bancárias e conseqüentemente, o trabalho nos bancos passou por diversas modificações.

Foi a partir da terceira fase da Revolução Industrial que os mais recentes avanços tecnológicos começaram a fazer parte tanto do setor produtivo como de serviços, transformando o dia a dia dos cidadãos. Pessoas jurídicas e físicas precisaram se modernizar para permanecerem competitivas e ganharem novos mercados. No caso do setor bancário, a modernização fez com que todas as agências e postos de atendimento fossem informatizados o que trouxe enormes benefícios ao público como maior agilidade no atendimento, prestação de serviços e produtos com diminuição nos seus custos, no entanto, isso ocorreu à custa da

redução no quadro de funcionários. Não sem motivo, o setor bancário é um dos setores que mais vêm se aperfeiçoando na introdução de novas tecnologias.

O Brasil, mesmo tendo adotado tardiamente a mais recente fase de inovações tecnológicas vinda com a chamada Terceira Revolução Industrial, já que somente no início dos anos 1990, sentiu-se a necessidade de investir na reestruturação produtiva. Sua introdução trouxe mudanças em diversos setores da economia, especialmente no setor bancário, com impactos significativos em relação ao trabalho bancário e no perfil deste trabalhador.

O problema de pesquisa a ser respondido no presente trabalho é o seguinte: Quais os efeitos que o mais recente processo de reestruturação produtiva trouxe para os trabalhadores bancários no Brasil?

A importância do tema deve-se ao fato de que os bancos se tornaram imprescindíveis para empresas e pessoas físicas, seja na procura por créditos como empréstimos para consumo, ou financiamentos de imóveis e veículos. A maioria das empresas credita a folha de pagamento dos seus funcionários em bancos, os quais atendem a demanda por seus serviços e produtos para os empresários e funcionários. Com os bancos públicos, os governos podem fornecer créditos com juros baixos para a população com renda menor, como por exemplo, financiamento, reforma e mesmo recuperação de imóveis, quando famílias são afetadas por problemas climáticos, como enchentes e temporais.

Sendo o setor bancário e os trabalhadores dos bancos os mais afetados pela reestruturação produtiva, a presente pesquisa mostra-se atual e relevante, pois milhares de trabalhadores bancários foram e ainda são afetados pelas medidas impostas pelos banqueiros e governos, inclusive diminuindo em muito a necessidade de trabalhadores nas atuais agências bancárias.

Nesse sentido, mostra-se de grande importância que mais estudos e pesquisas surjam para a melhor compreensão das consequências advindas do processo de reestruturação produtiva sobre os trabalhadores bancários, sendo que esta categoria já foi grande numericamente e sindicalmente forte em passado recente. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de reestruturação produtiva e suas consequências para os trabalhadores bancários no Brasil no período de 1995 a 2015 e como objetivos específicos, verificar como se deu o processo de reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, avaliar a reestruturação produtiva no setor bancário, através da história dos bancos no Brasil, analisando as transformações no setor bancário, as privatizações, analisar os efeitos dos programas governamentais como o PROES e o PROER, a concentração

bancária, a lucratividade e investimentos tecnológicos e por fim estudar os efeitos da reestruturação produtiva nos bancos sobre o trabalhador bancário.

O tipo de pesquisa a ser realizado será de natureza bibliográfica e o método de abordagem será o método dedutivo, pois o trabalho parte da análise geral para o particular. Serão utilizados livros sobre o tema em questão, alguns periódicos científicos, artigos e sites como do Banco Central, Banco do Brasil, FEBRABAN, DIEESE, Caixa Econômica Federal, Banrisul, dados que contribuirão com informações referentes às consequências da reestruturação produtiva sobre os trabalhadores bancários no período de 1995 a 2015.

Assim, este trabalho está estruturado em cinco capítulos sendo: Capítulo 1: a introdução; Capítulo 2: Reestruturação produtiva: as transformações no mundo do trabalho; Capítulo 3: Reestruturação produtiva no setor bancário; Capítulo 4: Os efeitos da reestruturação produtiva sobre os bancários; Capítulo 5: Considerações Finais e, por fim, as referências bibliográficas.

## **2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Neste capítulo faz-se necessário analisar como se deu o modo de produção Taylorista-Fordista, sua contextualização no mundo capitalista e como chegou ao seu esgotamento dando lugar para um novo sistema de produção conhecido como Toyotismo. Esse sistema gerou uma reestruturação produtiva em diversos setores da economia, ocasionando diversas mudanças significativas para o trabalhador e empregador. A partir dessas análises, será mais fácil compreender, nos demais capítulos, a reestruturação bancária ocorrida no Brasil.

### **2.1 O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO TAYLORISTA-FORDISTA**

Para compreender melhor como se deu o processo de reestruturação produtiva é preciso conhecer o sistema de produção Taylorista-Fordista e o sistema de produção Toyotista. Segundo Santos (2009, p.1), o norte americano Henry Ford implantou o sistema de produção fordista para a indústria automobilística norte-americana baseado na produção em massa, os trabalhadores faziam apenas uma tarefa com movimentos repetitivos ao longo de sua jornada de trabalho, eram contratados sem grandes exigências em termos de qualificação. No Fordismo havia um controle rigoroso de tempo dos movimentos dos operários (contribuição do chamado Taylorismo, que veio a formar o binômio Taylorismo-Fordismo). Esse sistema prosperou por muito tempo tendo o seu auge a partir da segunda metade do século XX, período em que a produtividade aumentou de forma violenta, no entanto, a eficiência do sistema estava reservada apenas para momentos de crescimento econômico, o modelo Taylorista-Fordista não havia sido concebido pensando em momentos de crise econômica.

Por mais que o trabalhador tenha tido avanços nas condições de trabalho e de salário no segundo pós-guerra, para Peres (2004 p.2) o que se passou durante o Taylorismo-Fordismo foi um trabalho explorado, intenso, precário e com salários baixos. Além do fato do trabalhador realizar movimentos repetitivos durante toda a sua jornada de trabalho, a produção em massa exigia que fossem produzidas grandes quantidades de mercadorias formando, assim, gigantescos estoques. A empresa objetivava reduzir custos na produção, logo, com a produção em massa o preço do produto tendia a diminuir, eram necessários bastantes funcionários para poder produzir em grandes quantidades. Ao trabalhador não era exigido que pensasse, bastava que fizesse sua função que era única e com movimentos

repetitivos, seguindo as ordens dos superiores. Dessa maneira, as empresas automobilísticas (o maior símbolo da prosperidade do segundo pós-guerra) obtiveram lucros elevados por muitos anos.

De acordo com Santos (2009, p.2) mesmo que o Taylorismo-Fordismo tenha trazido alguns benefícios para o trabalhador, como por exemplo, relativa garantia de estabilidade no emprego, maiores direitos previdenciários, mais acesso a serviços públicos e ao consumo de bens móveis e imóveis, isto durou até início dos anos 1970 quando o sistema entra em crise.

Esta crise é uma crise estrutural, a qual segundo Peres (2004 p.3) foi gerada pela diminuição da taxa de lucro do capital, pelas reivindicações dos trabalhadores por condições melhores de trabalho, e pelo aumento da concorrência entre os países capitalistas. O consumo diminuiu e como no Taylorismo-Fordismo a produção em massa era voltada para o consumo, este sistema foi incapaz de solucionar estes problemas. Foi então preciso adotar uma nova forma de organização produtiva para sobreviver diante da crise e mesmo buscar equacionar os problemas que originaram esta crise.

A crise se agrava ainda mais com a crise do petróleo em 1973. Para Farah Júnior (2000, p. 46), a crise do petróleo fez com que países como os Estados Unidos enfrentassem dificuldades no crescimento de suas economias, a produtividade e a rentabilidade vinham diminuindo, assim como a renda do trabalhador devido à elevada inflação, houve um encarecimento das matérias primas e da matriz energética. Além disso, havia “... ausência de um pacote de inovações tecnológicas nos setores considerados mais dinâmicos da economia industrial ocidental, a saber: complexo metal mecânico, material de transporte, automotiva e eletroeletrônico...”.

Segundo Farah Júnior (2000, p. 46),

ao mesmo tempo que a crise se alastrava nas economias ocidentais, outras economias, a exemplo do Japão e Alemanha, passaram a implementar novas formas de organizar o trabalho e a produção, incorporando inovações tecnológicas na gestão, organização da produção e do trabalho. O resultado foi um substancial aumento na capacidade competitiva e na produtividade registrada nesses países.

Logo, a partir dos anos de 1970, os países centrais sentiram a necessidade de fazer a reestruturação produtiva do capital para manter em funcionamento o sistema capitalista. Foi então que o sistema Toyotista começou substituir o Taylorismo-Fordismo.

## 2.2 O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO TOYOTISTA

Após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, em que sofreu a explosão de duas bombas atômicas em seu território, o país estava praticamente destruído. Segundo Oliveira (2006), com o crescimento vertiginoso do desemprego e a proliferação da miséria, o País precisava urgentemente ser reconstruído. Diante dessa necessidade, o engenheiro da Toyota Motor Company, Taiichi Ohno buscou conhecer o sistema de produção Fordista e chegou à conclusão que a indústria automobilística do Japão não iria se adaptar a este sistema. Então, foi implantado o sistema de produção Toyota, que consiste em uma produção enxuta, visando à qualidade do produto, o trabalhador passa a operar várias máquinas ao mesmo tempo, há um reduzido número de funcionários efetivos e com isso ocorre um aumento da produtividade com maior ritmo do trabalho.

Diante dos vários princípios que sustentam o Toyotismo, Santos (2009, p. 5) cita o que considera serem os seis princípios básicos nos quais o Toyotismo apoiou-se e que foram importantes para a reestruturação do capitalismo, são eles: crescimento pela demanda combate a qualquer tipo de desperdício, flexibilidade produtiva, adesão ao método *Kanban*<sup>1</sup>, produtos diversificados e a terceirização de serviços.

Se sob o domínio do Taylorismo-Fordismo as empresas produziam com grandes contingentes de trabalhadores, muitos deles executando uma mesma função, para Antunes (2011, p. 34), o Toyotismo tem na sua estrutura um número bem reduzido de trabalhadores efetivos e quando há necessidade, dependendo das condições de mercado, estes passam a realizar horas extras, além destes, a empresa pode dispor de trabalhadores temporários ou sob subcontratação. Estes são os trabalhadores que segundo Harvey (1998, p. 144) as empresas tendem com a maior frequência a contratá-los, devido à maior facilidade de admiti-los e quando for necessário descarta-los sem maiores custos.

Dentre as muitas inovações trazidas com a nova organização produtiva, Oliveira (2006, p. 23) afirma que “a gestão do ‘toyotismo’ é uma máquina de produzir desempregados”. Ao contrário do Taylorismo-Fordismo, agora não se trabalha mais com grandes estoques, a produção é direcionada à demanda, utilizando o sistema *Kanban*, que se generaliza por toda a fábrica. Começa também a impor-se o trabalho terceirizado, o que faz com que a logística e mesmo fases do processo de produção sejam realizadas por empresas menores, com utilização de trabalhadores com salários mais baixos e com menos direitos do que os trabalhadores das empresas-mãe.

---

<sup>1</sup> O sistema *Kanban* são placas ou cartões utilizados para controlar os fluxos de produção e reposição de estoque, desta maneira, há uma maior agilidade na entrega e produção de peças.

Os sindicatos sempre estiveram presentes nesses dois sistemas de produção, durante o Taylorismo-Fordismo as lutas eram claramente de caráter classista, tanto na demanda por aumento de salários, pela redução da jornada de trabalho, ampliação de direitos trabalhistas e mesmo objetivando obter o controle social da produção. Já sob a organização produtiva Toyotista, como cita Antunes (2011, p.32) é criado um sindicato voltado para os interesses da empresa e do patrão.

A implantação do Toyotismo faz com que o capital se sobreponha ainda mais sobre o trabalho. Conforme Antunes (2011, p. 38–39), as mudanças ocasionadas pelo Toyotismo trouxeram como resultado um forte desemprego no Japão e no mundo. Este foi o modelo que causou maior impacto na recente ordem mundial e global do capital.

A relação homem-máquina também é modificada a partir da implantação do Toyotismo pelas empresas. De acordo com Antunes (2011, p.198), as novas formas de organização produtiva juntamente com o avanço da tecnologia afetaram muito a classe trabalhadora. As características procuradas no trabalhador passaram a ser a sua polivalência e multifuncionalidade, ou seja, as empresas precisam de funcionários mais qualificados que consigam operar várias máquinas ao mesmo tempo e que saibam se adaptar à informatização do trabalho.

A utilização do trabalho terceirizado passou a ser regra entre as principais empresas que adotaram o padrão de acumulação Toyotista. Marcelino (2006) partindo da análise da implantação da terceirização na fábrica Honda no Brasil, verificou que o processo de terceirização de serviços traz para a empresa contratante redução de custos, aumento da lucratividade, além de fazer com que as empresas deixem de ser responsáveis legais pelos trabalhadores terceirizados. Estes funcionários, que chegam a fazer as mesmas funções que os funcionários da empresa principal, recebem salários menores, expressando uma forma nítida de exploração desigual do trabalho. Há também jornada de trabalho diferente, além de uma maior precarização das condições laborais.

A partir das entrevistas com alguns funcionários terceirizados que já trabalharam ou que continuam trabalhando para a empresa LSL (Logística Sumaré LTDA), contratada pela Honda, observou-se que esses trabalhadores gostariam de ser valorizados e tratados de forma igual aos funcionários da Honda. Os trabalhadores terceirizados reivindicam que seus salários sejam iguais, que não sejam mais discriminados por serem terceirizados, o que acaba por gerar inclusive rixas dentro do ambiente de trabalho entre os próprios trabalhadores.

Com a reestruturação produtiva são observados dois tipos de operários, o mais qualificado e o que Alves (2000, p. 258) denominou de “subproletariado tardio”, este menos

qualificado e precário. Isso marca a desigualdade social e a nova hegemonia do capital na produção, onde o trabalho é superexplorado, sofrendo intensificação e aumento da jornada de trabalho.

De acordo com Antunes (2011, p. 194),

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil começa de forma lenta durante os anos de 1980, mas assume um papel hegemônico a partir dos anos 90, enquanto nos países capitalistas já vinha sendo desenvolvido desde o início dos anos 70. A importância da entrada do neoliberalismo e do modelo Toyotista no Brasil a partir dos anos 90 traz a explosão do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho cujas consequências perduram ainda hoje na vida dos trabalhadores brasileiros.

### **3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR BANCÁRIO**

Neste capítulo será analisada a formação e a história do sistema bancário brasileiro. Inicialmente, será apresentada a história dos bancos públicos federais: o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal; logo após, serão analisados os bancos públicos estaduais; assim como de dois grandes bancos privados nacionais: o Bradesco e o Itaú. A seguir, será mostrada a formação do Sistema Financeiro Nacional, algumas transformações ocorridas no setor bancário influenciadas pela reestruturação produtivas do capital e, por fim, uma análise das privatizações no país bem como dos programas PROES e PROER.

#### **3.1 HISTÓRIA DOS BANCOS NO BRASIL**

##### **3.1.1 Bancos Públicos Federais: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal**

O Banco do Brasil, com mais de 200 anos de história, foi o primeiro e o mais importante Banco fundado no Brasil, seu surgimento veio com a vinda da Família Real no ano de 1808. O objetivo de se ter um banco era devido aos negócios que o país tinha com a Coroa Portuguesa e sua função era de emitir notas bancárias, esta instituição sobreviveu até 1929 (Costa Neto, 2004, p. 13).

Como afirma Lundberg (2011, p.5) outra instituição financeira importante para o país foi a Caixa Econômica Federal. Criada no ano de 1861, a Caixa Econômica Federal operava com penhor, além de trabalhar captação e incentivo de depósitos de pessoas de baixa renda com juros de 6% ao ano, foi a partir da década de 1930 que começou a atuar mais ativamente no mercado de empréstimos. A Caixa Econômica Federal tem um papel fundamental no desenvolvimento da economia brasileira, pois o Governo a utiliza para suas políticas sociais.

O segundo Banco do Brasil, instituição governamental, é constituído em 1853 pela fusão do Banco do Brasil, de Mauá e do Banco Comercial do Rio de Janeiro, estes dois eram privados e passavam por dificuldades e encontraram nesta parceria a continuidade de suas atividades (Lundberg, 2011, p. 4).

Até ao final do império, as agências bancárias se concentravam no estado do Rio de Janeiro, capital do país. Durante o início da República, os bancos enfrentavam a falta de numerário, pois não havia o hábito de realização de depósitos, os homens de negócios preferiam permanecer com o dinheiro em seu poder para quitar suas dívidas, por isso as operações de crédito oferecidas pelas instituições financeiras eram de curto prazo (Costa

Neto, 2004, p. 15). Mesmo sendo o território brasileiro muito extenso, durante o século XIX a população estava mais centralizada em cidades mais desenvolvidas, como nas capitais e regiões metropolitanas, já as que viviam em regiões mais afastadas não acompanhavam tão rapidamente as evoluções alcançadas pelo país. Conforme afirma Vieira, Pereira e Pereira (2012, p. 148 – 149),

No período de 1838, início das operações bancárias no país, até 1906, quando o Banco do Brasil foi consolidado e tornou-se a única instituição autorizada a emitir moeda, não havia articulação entre as diversas regiões produtivas do território brasileiro. Essa desarticulação decorrente da precária infraestrutura em comunicações e transportes na época gerava as chamadas ‘regiões monetárias isoladas’. Legislações regionais regulamentadoras da emissão de títulos de crédito mantinham a criação de ‘moedas locais ou regionais’ equivalentes, decorrentes da inexistência de uma autoridade monetária nacional.

Era muito restrita a oferta de serviços bancários durante o século XIX, pois havia poucos bancos e agências bancárias, sendo a economia interna brasileira muito carente neste setor. Como afirma Camargo (2009, p. 27), nesta época o sistema bancário não estava completo, eram pouquíssimas regiões que tinham bancos, as redes de agências bancárias não eram integradas, não havia um sistema de compensação para cheques, assim como uma carteira de redesconto para amenizar situações de crise de liquidez.

Até o ano de 1905 as ações do Banco do Brasil eram de acionistas privados, a partir desse ano o governo federal obtém 50% das ações, sendo assim o maior acionista, tem o direito de escolher o diretor do banco, essa é a forma jurídica que existe até hoje (Costa Neto, 2004, p. 21).

A Caixa Econômica Federal sempre foi importante para o governo federal devido ao fato de ser o seu agente de políticas públicas, que tende a promover a cidadania, o incentivo à poupança e o desenvolvimento do país. Nela são concentradas as contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Seguro Desemprego, o Programa de Integração Social (PIS). Desde 1961 mantém o monopólio das Loterias Federais. Em 1986 tornou-se o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), neste ano ao incorporar o Banco Nacional de Habitação (BNH) passou a ser o maior agente nacional de financiamento da casa própria e de financiadora do desenvolvimento urbano (CAIXA, 2017).

A importância de o governo federal ter bancos públicos é o fato de assim ter mais instrumentos para minimizar os efeitos de uma crise financeira, além de promover políticas sociais. Pode-se verificar isso no ano de 2008, quando o mundo enfrentou uma crise financeira que enfraqueceu a economia de muitos países, com bancos quebrando e falta de crédito para o mercado. O Brasil também sofreu com essa crise, mas como o governo pôde

interferir no setor bancário, a partir dos bancos públicos foi possível tomar algumas medidas importantes para amenizar naquele momento a crise. Assim, pode-se destacar a afirmação de Garcia (2014, p. 48), de que foi fundamental para o país enfrentar a crise, a existência dos bancos públicos federais: a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, pois contribuíram conjuntamente na expansão do crédito e nos cortes das taxas de juros.

### **3.1.2 Bancos Públicos Estaduais**

Até o final do século XIX, o Brasil ainda não possuía bancos públicos estaduais, havia somente o Banco do Brasil que era banco público federal e que atendia algumas linhas de crédito de necessidades do governo federal. Com a necessidade de ter bancos que atendessem algumas linhas de crédito destinadas ao setor agrícola, no início do século XX, afirma Costa Neto (2014, p. 32) que os governos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, a partir de incentivos ao capital estrangeiro conseguiram a instalação dos seguintes bancos: Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo, fundado em 1909, Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, estes dois fundados em 1911, todos eram privados e seus fundadores foram duas empresas estrangeiras francesas.

Antes da criação dos bancos públicos estaduais, as instituições financeiras que atuavam no Brasil pouco atendiam ao mercado interno e a agricultura. Como afirma Camargo (2004, p. 28), as operações mais lucrativas e seguras eram as de empréstimos comerciais e as operações cambiais e o pouco capital alocado para o mercado interno e a agricultura era menos lucrativos com um risco enorme.

Como os estados não tinham apoio financeiro dos bancos privados para financiamento regional, estes buscaram a criação de bancos públicos estaduais. Segundo Salviano Júnior (2004, p. 17), o papel destes bancos estaduais era promover o crédito de longo prazo, e a intervenção na sua economia para promover o financiamento e desenvolvimento local. Assim, foram com estas finalidades que, durante o século XX, os bancos estaduais foram criados.

Entre os primeiros bancos públicos estaduais, podem ser destacados o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o Credireal criado em 1919; e o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo criado no mesmo ano. Já em 1926, o governo do estado de São Paulo passa a controlar o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo que passa a se chamar Banco do Estado de São Paulo, Banespa (Costa Neto, 2004, p. 37).

As regiões brasileiras mais populosas e industrializadas são a Sul e a Sudeste, sendo que na década de 1980 foram as mais “bancarizadas” também, como afirma Correa apud Luz e Videiras (2008, p. 4), nesta década, cinco Estados tinham os mais poderosos bancos estaduais e possuíam mais de 200 agências bancárias públicas estaduais, sendo que a maior parte delas estava nas principais cidades do estado. O Banespa era o Banco do Estado de São Paulo; o Banerj, o Banco do Estado do Rio de Janeiro; o Bemge, o Banco do Estado de Minas Gerais; o Banestado, o Banco do Estado do Paraná e o Banrisul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, este é o único banco que permanece público.

Já que o Banrisul continua sendo estatal, e devido a sua importância na economia gaúcha até os dias de hoje, vale destacar um pouco do início da sua história. Sua constituição se deu em 12 de setembro de 1928 para operar com empréstimos a longo prazo. A sua criação atendeu às reivindicações dos fazendeiros gaúchos que vinham reivindicando pela abertura de casas bancárias para proteger seus negócios, dando suas terras como garantias nos empréstimos. Ao completar uma década de existência tem a maior parte das suas aplicações na pecuária, agricultura, indústria agrícola, pastoril e têxtil. Até o final dos anos 40 suas atividades contribuíram para o desenvolvimento do Estado (Banrisul, 2017).

Quase todos os estados constituíram seus bancos entre 1920 a 1970, depois deste período, Roraima, Rondônia e Amapá também passaram a integrar o Sistema Financeiro Estadual com a criação de seus bancos, já Mato Grosso do Sul e Tocantins foram os únicos que não tiveram bancos públicos estaduais (Salviano Júnior, 2004, p. 18).

O quadro a seguir mostra informações sobre as datas de criações dos bancos públicos estaduais:

Quadro 1 – Cronologia da criação dos bancos estaduais.

(continua)

Ano da Criação	Instituição/ Última denominação	Fundação instituição originária	Instituição Originária
1919	Bco. de Crédito Real de Minas Gerais / CREDIREAL Bco. do Espírito Santo (*)	1889 1911	Banco de Crédito Real de Minas Gerais Banco Hip. e Agrícola do Espírito Santo
1926	Bco. Do Estado de São Paulo / BANESPA	1909	Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo
1928	Bco. Do Rio Grande do Sul / BANRISUL Bco. Do Estado do Paraná / BANESTADO		
1930	Bco do Estado da Paraíba /PARAIBAN		
1934	Bco. Mineiro do Café / BEMGE		
1936	Bco. Do Rio Grande do Norte / BANDERN	1906	Banco do Natal
1937	Bco de Crédito Rural e Agrícola do Espírito Santo / BANESTES	1935	Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo
1939	Bco do Estado do Maranhão / BEM		
1944	Bco. Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais / BEMGE	1911	Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais
1945	Bco. Da Prefeitura do Distrito Federal / BANERJ		
1950	Bco. De Credito do Estado do Rio / BANERJ		
1955	Bco. Do Estado de Goiás / BEG		

1958	Bco. Do Estado do Amazonas / BEA Bco. Comercial e Agrícola do Piauí / BEP		
1960	Bco. De Fomento do Estado da Bahia / BANEB	1937	Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia
1961	Bco. Do Estado do Pará / BANPARÁ		
1962	Bco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina / BESC Bco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco / BANDEPE	1939	Caixa de Crédito Mobiliário
1963	Bco da Produção do Estado de Alagoas / PRODUBAN Bco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe / BANESE Bco do Estado de Mato Grosso / BEMAT		
1964	Bco do Estado do Ceará / BEC Bco da Produção e Fomento do Estado do Acre / BANACRE		
1966	Bco Regional de Brasília / BRB		
1983	Bco do Estado de Rondônia / BERON		
1990	Bco do Estado de Roraima / BANRORAIMA		
1992	Bco do Estado do Amapá / BANAP		

Fonte: Costa Neto, 2004, p.52.

### 3.1.3 Principais bancos privados nacionais: Bradesco e Itaú

Mesmo com a vinda de grandes bancos estrangeiros para o país com a implantação de programas de reestruturação no setor bancário, o que ocasionou na fusão e compra de bancos nacionais, os dois principais bancos privados brasileiros, o Bradesco e o ITAÚ permaneceram ativos e conseguiram ampliar sua participação no mercado. Devido à importância de ambos para o Sistema Financeiro Nacional mostra-se relevante destacar suas histórias.

O Banco Bradesco S.A, Sociedade Anônima de Capital Aberto que opera como banco múltiplo, foi fundado no ano de 1943, na cidade de Marília-SP, por Amador Aguiar. O qual colocou os gerentes a fazer o atendimento direto ao público, dando o máximo de atenção, como auxiliar clientes que possuíam dificuldades de escrever e preencher cheques. Sua base de cliente é ampliada rapidamente, além de latifundiários e empresários, passam a atender imigrantes, lavradores e pequenos comerciantes. As operações do banco cresceram muito rápido, o que levou a mudança da Matriz para a cidade de São Paulo, no ano de 1957 (BRADESCO, 2017).

Em 1967, ao perceber que era bom negócio o recebimento da conta de luz para atrair a clientela, o banco passa a receber a Declaração de Imposto de Renda, mais uma estratégia para aumentar o número de clientes (Bezerra, 2005, p.59–60). As instituições financeiras oferecem basicamente os mesmos tipos de serviços e produtos. Já para se ter um diferencial precisam ter algo novo para disponibilizar ao público. Conforme Espíndola (2016, p. 35), o Bradesco sempre buscando ampliar seus produtos foi o primeiro banco privado a conceder a linha de crédito agrícola, além disso, objetivando expandir-se no mercado adquiriu outros bancos menores entre o período de 1965 a 1973.

A atuação no segmento de crédito passou a ser significativa a partir da década de 70, com destaque para o financiamento de veículos. Até o ano de 1978 o banco possuía um total de mil agências, pois já tinha adquirido 17 outros bancos. Foi formado o Grupo Bradesco Seguros na década seguinte, com o objetivo de passar a trabalhar com seguros, capitalização e previdência privada aberta (Camargo, 2009, p. 185).

Os bancos sempre estão em busca de novas tecnologias para tornar o atendimento rápido e eficaz, assim, afirma Espíndola (2016, p. 37) que o Bradesco foi o primeiro banco a usar um computador e desenvolveu o cartão magnético, facilitando algumas transações financeiras realizadas pelos clientes.

A rede de atendimento do Bradesco é constituída por 60.570 postos de atendimento, 5.122 agências bancárias, 3.971 Postos de Atendimento (PAs), 1.004 Postos de Atendimento Eletrônico (PAE), 38.525 Postos Bradesco Expresso, 13 Agências e subsidiárias no exterior. A instituição possui 26,6 milhões de contas correntes, 58,1 milhões de contas poupança e 50,4 milhões de clientes do Grupo Segurador. Estes são dados atualizados do dia 27 de abril de 2017 (Bradesco, 2017).

João Moreira Salles fundou em 27 de setembro de 1924 a Casa Moreira Salles, correspondente bancário, localizada em Poços de Caldas no Estado de Minas Gerais. Em 1944, na capital paulista é instalada a primeira agência do Banco Central de Crédito S.A, tendo como sócios os senhores Alfredo Egydio de Souza Aranha e Aloysio Ramalho Foz. Na década de 60 a Casa Moreira Salles passou a se chamar Unibanco e o Banco Central de Crédito de ITAÚ (Itaú Unibanco, 2017).

Após o ano de 1965 o ITAÚ começa a constituir seu banco de investimento e abre agências nas principais capitais brasileiras, neste período passa a realizar fusões e aquisições de outros bancos, alavancando seu crescimento no mercado. Em 1966 comprou o Banco Sul-Americano do Brasil, em 1969 o Banco América, em 1970 o Banco Aliança, em 1973 o Banco Português do Brasil e em 1974, ano em que se torna o segundo maior banco privado nacional, comprou o Banco União Comercial. Não foi só em nível nacional que esta instituição aumentou o número de agências, em 1980 o banco inaugurou uma agência em Nova York (Camargo, 2009, p. 165).

### **3.1.4 Sistema Financeiro Nacional**

Quando o Brasil passou a ter seus primeiros bancos não existia um sistema financeiro constituído, naquela época havia poucas agências bancárias, suas operações eram restritas e

não havia órgãos regulatórios e fiscalizadores. Foi no início dos anos 20 que se começou o fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional com a criação de instituições importantes para tornar o sistema bancário sólido e eficiente. Como afirmam Vieira, Pereira e Pereira (2012, p. 149), foi criada em 1920 a Inspeção Geral dos Bancos, primeiro órgão fiscalizador dos bancos, já em 1921 foi criada a Carteira de Redescoto, controlada pelo Banco do Brasil, que para diminuir a vulnerabilidade do sistema em casos de bancos nacionais precisando de crédito, esses poderiam recorrer ao Banco do Brasil, tendo maiores garantias em suas operações de crédito.

Já em 1945, a nova instituição responsável pelo controle do mercado monetário passa a ser a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que foi criada neste ano, assim ela recebeu do Banco do Brasil a Carteira de Redescoto e da Carteira de Mobilização e Fiscalização Bancária (Camargo, 2009, p.29).

Somando-se às atividades do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para as políticas do Governo Federal, exerce importante papel no desenvolvimento econômico do país a criação em 1952 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas três instituições são fundamentais para o Sistema Financeiro Nacional.

Sobre a criação do BNDES pode-se destacar a afirmação de Lundberg (2011, p. 10), de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criado com o fim de formular e executar a política nacional de desenvolvimento econômico. Primeiramente, atuando nas políticas destinadas à industrialização do país, transformando-se posteriormente em empresa pública federal no ano de 1971. Já em 1982 passou a ser chamado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo como função principal administrar e aplicar recursos públicos em políticas de interesse do Governo.

Com a Reforma Bancária de 1964, é criado o Conselho Monetário Nacional (CMN) que substitui a Sumoc, é também criado o Banco Central do Brasil, que em conjunto passam a constituir o Sistema Financeiro Nacional juntamente com o Banco do Brasil S.A, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Em 1988, houve mais uma Reforma Bancária, como afirma Camargo (2009, p.33). Com esta reforma não se exige mais carta-patente para criar bancos múltiplos<sup>2</sup>, neste ano foi

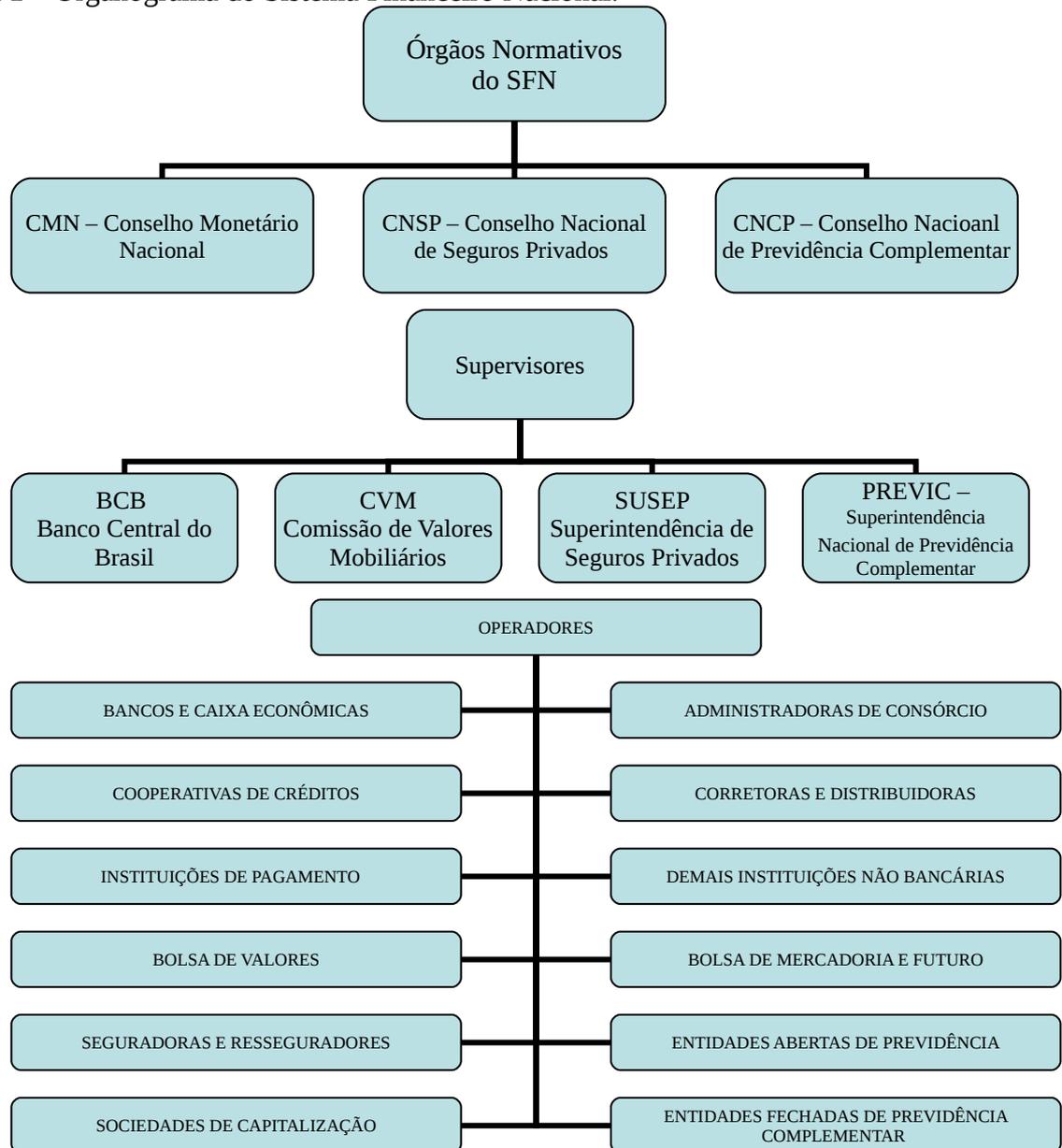
---

<sup>2</sup> Bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares

ampliada a presença de bancos estrangeiros no país, pois foi possibilitado que o capital estrangeiro constituísse bancos com carteira comercial.

A seguir, será mostrada a estrutura do atual Sistema Financeiro Nacional do Brasil, seus órgãos normativos, supervisores e operadores. Sendo o Conselho Monetário Nacional o seu órgão máximo.

Figura 1 – Organograma do Sistema Financeiro Nacional.



Fonte: Bacen, 2017.

### 3.2 TRANSFORMAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. O banco múltiplo deve ser constituído como, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão “Banco” (BACEN, 2016).

O trabalho bancário e mesmo o papel dos bancos na economia brasileira sofreu no decorrer dos anos grandes transformações. Para Barbarini (2001, p.31–32), a partir dos anos 1930 ao início da década de 1960, as operações bancárias que se limitavam em captação de depósito e operações de crédito começaram se intensificar devido ao processo de industrialização no país. Foi então que as agências adquiriram máquinas e houve a admissão de funcionárias mulheres.

Já após a Reforma Bancária de 1964, os bancos são obrigados a se automatizarem, pois foi ampliada sua prestação de serviços, por exemplo, começaram a receber tributos e contribuições da previdência social, passaram a fazer operações de cobrança, venda de seguros e diversos outros serviços. Logo, a reestruturação provocou mudanças nas relações empregatícias, é introduzido o trabalho terceirizado, a subcontratação e aumento significativo do trabalho feminino. Até 1985, mesmo com a informatização das agências bancárias não se observa redução de funcionários e de postos de trabalho. Este quadro modifica-se a partir de 1986, pois para manter elevado o lucro dos bancos inicia-se uma forte reestruturação bancária. Barbarini (2001, p.33) afirma que as mudanças podem ser observadas nos seguintes itens: “... redução de custos operacionais, com racionalização e otimização do uso da informática, fechamento de agências, exclusão de contas pequenas, consideradas não rentáveis e demissões progressivas de funcionários”.

As inovações tecnológicas trazidas pela reestruturação produtiva implantadas nos bancos têm como princípio básico a redução do número de trabalhadores bancários. Para Barbarini (2001, p.34–38) a automação faz com que clientes se auto-atendam, os bancos usam a tecnologia para aprimorar os serviços de autoatendimento, como, os caixas eletrônicos, a internet como *Home Banking* e *Office Banking*, que além de reduzir custos para as agências acabam fazendo com que os clientes procurem atendimento dentro das agências somente para fazer negócios. Com isso os funcionários precisam se qualificar mais, possuir muito conhecimento e domínio da tecnologia, além de que muito menos funcionários sejam necessários para as atividades bancárias.

Dentre as análises sobre a reestruturação produtiva implantada nos bancos pode-se salientar a opinião de Dal Rosso (2008, p. 151), que afirma que o Estado financiou e promoveu a reestruturação econômica do país, e os bancos e instituições financeiras passaram por um processo de reestruturação produtiva, tendo como resultado as privatizações de bancos e entidades financeiras, terceirizações de serviços, automação bancária, com os bancos buscando novas tecnologias e mudanças na organização do trabalho.

Esse processo de reestruturação nos bancos enquadra-se dentro da nova realidade do capitalismo na era neoliberal. Sobre isso afirma Jinkings (2006, p.189),

Os bancos têm sido objetos de um intenso processo de reorganização operacional e do trabalho, que visa a adequá-los ao modo pelo qual se desenvolve o capitalismo mundial, marcado por movimentos de liberalização econômica, desregulamentação e mundialização do capital.

Uma mudança significativa sobre os bancos no Brasil deu-se a partir da diminuição das taxas de inflação a partir da implantação do Plano Real. Nos anos 80 e até a primeira metade dos 90, os bancos tinham altos lucros com o processo inflacionário. Com a queda da inflação a partir da introdução do Plano Real em 1994, os bancos tiveram de se adaptar à nova realidade. De acordo com Salviano Júnior (2004, p. 69), o Plano Real não foi bom para o setor bancário, pois a estabilidade dos preços trouxe uma quase eliminação das receitas de *float* financeiro para este setor. Mas para compensar esta perda houve um aumento nos depósitos bancários que fez expandir a tomada por empréstimos. Assim, o autor segue descrevendo que alguns bancos privados não conseguiram resistir a essas consequências e foram vendidos. Dentre os bancos vendidos no período é importante destacar os seguintes: Banco Econômico, adquirido pelo Banco Excel em 1995, posteriormente vendido ao Banco Bilbao Vizcaya em 1998; Banco Nacional, adquirido pelo Unibanco em 1995; Bamerindus adquirido pelo HSBC em 1997; Banco de Crédito Nacional (BCN), adquirido pelo Bradesco em 1998; Banco Real, adquirido pelo ABN Amro em 1999. A venda e fusão de bancos foi um fator de grande importância juntamente com a reestruturação no setor bancário, que gerou milhares de demissões e centralização de capitais no setor financeiro.

O processo de liquidação e fusão de bancos teve como causa, em alguns casos, a má administração por parte do estado, sendo que outro fator que contribuiu foi a entrada de instituições financeiras internacionais que vieram para ganhar mercado ao comprar alguns bancos públicos, sobre isso, é importante destacar a participação dos bancos privados nacionais que incentivavam a privatização, pois queriam impedir a vinda de bancos estrangeiros, evitando, assim, a concorrência (Luz e Videiras, 2008).

O ITAÚ foi o banco privado nacional que mais comprou as instituições bancárias públicas, conseguindo assim ampliar sua rede de agências. A partir desta situação Camargo (2009, p. 45) acaba concluindo que: "... a desnacionalização foi mais uma opção de política governamental do que uma resposta à escassez de recursos dos bancos nacionais para a reestruturação do setor". O autor também afirma que os bancos estrangeiros não trouxeram grandes mudanças para o sistema bancário brasileiro. Já os bancos públicos federais e

privados nacionais são altamente competitivos no mercado. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, por exemplo, atuam fortemente na concessão de empréstimos e depósitos, os bancos privados como o Bradesco e ITAÚ são bem capitalizados, gerenciados e obtêm altos lucros Camargo, (2009, p.49-50).

Após essas mudanças as instituições bancárias começaram a usar os serviços terceirizados para reduzir custos operacionais e custos com pessoal. Esses serviços são usados para que as agências bancárias eliminem serviços que consideram não rentáveis. Serviços que são prestados de forma igual por todos os bancos, como os realizados nos caixas para pagamento de boletos, que enchem as agências de cliente e não clientes são transferidos para os correspondentes bancários, assim é possível disponibilizar um maior tempo para atendimento em operações que tragam mais lucro para o banco (Souza 1997, p. 74). Dessa forma, alguns serviços prestados pelos bancos à população em geral deixam de ser realizados nos caixas de bancos para serem efetivados em correspondentes bancários como agências lotéricas. Desta forma, a população mais pobre é excluída das agências bancárias.

O papel da terceirização na reestruturação dos bancos é de grande destaque, pois reduz o pessoal nas agências transferindo serviços para empresas terceirizadas que pagam bem menores salários do que o recebido pelos bancários. Segundo Souza (1997, p. 76–77) há várias formas de terceirização no setor bancário, são elas:

- Empresas criadas pelo próprio Grupo Econômico: neste caso o banco cria e mantém o controle de uma empresa para obter seus serviços, como a digitação, compensação e serviço de processamento de dados;
- Mão de obra temporária: o banco contrata mão de obra temporária somente para os dias de maior movimento de serviços;
- Estágios: muito comum em bancos públicos. São estudantes de diversas áreas que realizam em muitas vezes o serviço de um bancário;
- Franquias: são as quais os bancos transferem os serviços que não geram lucro bancário, são, por exemplo, os pagamentos de faturas, boletos e depósitos em contas;
- Contratação de terceiros: É a mais utilizada pelos bancos, usada para todas as atividades transferidas para terceiros realizar, seja na limpeza, vigilância, compensação, microfilmagem, entre outros serviços.

Assim com essas formas de terceirizações, os bancos passaram a terceirizar todas as atividades que não são o seu centro de negócios, sejam as atividades de apoio como limpeza, vigilância, como alguns serviços típicos do bancário, como compensação de cheque, processamento de dados, atendimento, entre outros.

Não foram somente os bancos privados que tiveram que se adaptar à reestruturação bancária. Os bancos estatais federais também buscaram caminhos muito próximos dos percorridos pelos bancos privados. Com as diretrizes da Nota Técnica 20 de 1995, os bancos estatais federais foram criticados quanto à sua atuação e suas funções. Dessa maneira tiveram que adotar alterações em seus objetivos, diminuindo cada vez mais a sua função social em benefício de políticas voltadas para as ações empresariais do capital privado, objetivando trazer resultados e lucros. Assim, houve mudanças no perfil operacional e nas relações e condições de trabalho (Jinkings, 2006, p. 192).

A Nota Técnica 20 foi elaborada pelo Ministério da Fazenda, ela trata sobre a atuação e funções dos bancos federais. Suas diretrizes foram adotadas pelo Banco do Brasil e outros bancos públicos federais que passaram por grandes mudanças durante a segunda metade dos anos 90. Na nota, seguem as seguintes afirmações,

Criados historicamente para funções específicas, os atuais seis bancos federais vêm apresentando ao longo do tempo um quadro de superposição de funções, concorrência prejudicial entre eles, rede de agências autofágica e ineficiente, dependência de tratamentos excepcionais para manutenção de precário equilíbrio econômico-financeiro, pesadas estruturas administrativas e funcionais. Justificaria em parte esta situação, para alguns, aquilo que equivocadamente denominam de ônus de “banco-social”, figura inexistente na doutrina e na prática. Função social é autárquica, fundeada no orçamento fiscal. Banco é banco, seja público ou privado. Deve gerar resultado, lucro. (Jinkings, 2006, p. 191 e 192).

No ano de 2001, foi criado o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Públicas Federais (Profif). Segundo Jinkings (2006, p.192), este programa: “... consolidou o processo de esvaziamento dos bancos federais como instrumentos da política econômica e social do país e impôs a essas instituições as mesmas regras de funcionamento dos demais bancos comerciais, direcionando suas operações aos critérios mercadológicos do capital privado.”

As transformações ocorridas na organização interna das agências bancárias a partir dos anos 90 trouxeram mudanças tanto aos clientes que tiveram que adequar-se à nova rotina de receber um atendimento não humano, lidando muito mais com caixas eletrônicos e outros meios de auto-atendimento, mas principalmente na vida do trabalhador bancário que teve de adaptar-se ao novo tipo de trabalho. Conforme Jinkings (2006, p. 193), com as mudanças nas estruturas das instituições financeiras como um aumento de concentração e centralização de capital, trouxeram conseqüências para os trabalhadores bancários que alteraram a forma de trabalhar, passaram ser vendedores, preocupando-se com metas a serem atingidas. Há o objetivo de redução de custos operacionais com a introdução intensa de tecnologia, a máquina

substituindo o homem, marca fundamental do sistema capitalista. A partir disso, exige-se do funcionário uma maior qualificação para permanecer efetivo no cargo. Para intensificar o trabalho e ter o controle das metas, os bancos adotam programas como a remuneração variável para premiar os funcionários que produzem mais e atingem suas metas. Para Jinkings (2006, p. 197), o sistema de remuneração variável “... maximiza a exploração do trabalho e conduz a atitudes pouco solidárias nos ambientes laborais”.

Outra importante mudança nas relações de trabalho é a inserção da mulher no mercado de trabalho. Mesmo que ela venha assumindo cargos de chefia que há pouco tempo só era tomado por homens, no setor bancário, o quadro feminino aumentou, porém, assumindo cargos e remuneração inferiores ao masculino. Como afirma Jinkings (2006, p. 200), é observado que o trabalho feminino nos bancos é mais explorado e elas ocupam cargos de hierarquias inferiores em relação ao masculino.

### 3.3 PRIVATIZAÇÕES, PROES E PROER

O processo de privatização de empresas estatais já vem sendo há muito tempo praticado no país. Vários governos conseguiram privatizar empresas muito importantes para a economia local ou nacional, inclusive as superavitárias, que geravam lucros e empregos, sendo que o foco seriam as empresas deficitárias. Pode-se destacar a afirmação de Garcia (2014, p. 14) de que o Plano Nacional de Desestatização no Brasil teve algumas fases de destaques, a primeira foi durante a década de 1980, onde o objetivo principal era privatizar as empresas deficitárias para então poder renegociar a dívida externa. A segunda fase foi durante o mandato de Fernando Collor, onde foi aprovada pelo Congresso Nacional a criação do Plano Nacional de Desestatização (PND), com isso houve um esforço do governo em privatizar empresas de seu interesse.

O Brasil adotou fortemente na década de 1990 a política neoliberal que provocou as privatizações dos bancos estaduais, pois é uma política que prioriza a diminuição da presença do estado em alguns segmentos da economia, logo ao privatizar um banco, o estado o passa para o setor privado. Assim, esses bancos foram muito afetados durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 a 2002, foi neste Governo que ocorreram as primeiras privatizações e que segundo Luz e Videiras (2008, p. 9) até o fim do mandato de FHC houve muitos bancos privatizados, pois esses bancos eram visados pelos bancos privados, devido ao fato de serem grandes instituições com uma elevada rede de agências.

Como também afirma Jinkings (2006, p. 190 –191), as políticas adotadas na década de 1990 no Brasil contribuíram para a reestruturação bancária e entrada de capital estrangeiro. Assim, foi facilitada a vinda de grupos financeiros estrangeiros, começando então as privatizações e liquidações de bancos estatais, como exemplo, o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), que ao ser privatizado deixou um grande contingente de desempregados, sendo que este era um banco que possuía agências em quase todos os municípios do Estado.

Já os bancos que resistiram ao processo de privatização sofreram algumas imposições por parte do governo federal, assim como afirma Luz e Videiras (2008, p. 11),

Os bancos públicos que optaram por continuar funcionando tiveram que se submeter às novas regras do governo federal, como reestruturação administrativa, reorientações das políticas de crédito, reestruturação operacional do setor de crédito no que tange ao limite de operações entre os controladores e o controlado.

O Governo Federal vinha priorizando fortemente as privatizações de empresas e com o propósito de promover a privatização do setor bancário brasileiro, foi implantado o maior programa para reduzir a participação dos estados como controladores de instituições financeiras. Assim, foi criado o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES), que de acordo com Salviano Júnior (2004, p. 81) este programa foi criado pela Medida Provisória 1.514 de 07/08/1996 que induz aos governadores a opção pela privatização dos bancos públicos estaduais. A adesão era voluntária, assim como também poderiam escolher a modalidade de participação e, desta maneira, a partir da decisão tomada o Estado deveria partilhar o ônus político. Eram oferecidas pela União duas linhas de financiamento para os bancos com problemas de solvência, uma de 100%, a qual faz com que o Estado deixe de ser o controlador do banco e a outra de 50% que permite que o controle da instituição financeira continue sendo do Estado.

Para compreender melhor as características do PROES, pode-se destacar a afirmação de Salviano Júnior (2004, p.84), de que os estados a partir da aceitação da linha de financiamento concedida pelo governo federal podem tomar as seguintes alternativas para as suas instituições financeiras: extinção, privatização, transformá-las em agências de fomento, aquisição do controle pelo governo federal, que deverá privatizar ou extinguir a instituição e o saneamento.

Dessa maneira, muitos governos estaduais aderiram a este programa e provocaram uma reestruturação no setor bancário, com demissões em massa, ampliando o número de bancários desempregados, além de uma maior concentração bancária. O primeiro banco estadual a ser privatizado pelo PROES foi o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ),

que inclusive originou a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar várias irregularidades suspeitas no seu processo de privatização: “... manipulação de balanços e de operações contábeis, subavaliação do valor de venda e concessão de privilégios ao grupo financeiro comprador” (Brandão, 2009, p. 4).

A seguir, o quadro com os Bancos Estaduais Privatizados entre o ano de 1997 a 2004, os Bancos adquirentes e o ano que ocorreu a privatização:

Quadro 2 – Bancos Estaduais Privatizados.

Bancos Estaduais Privatizados	Bancos adquirentes	Ano
Banco do Estado do Maranhão S.A.	BRADESCO S.A	2004
Banco do Estado do Amazonas S.A.	BRADESCO	2002
Banco do Estado de Goiás S.A.	ITAÚ	2001
Banco do Estado da Paraíba S.A.	ABN AMRO Bank Real	2001
Banco do Estado São Paulo S.A.	SANTANDER	2000
Banco do Estado do Paraná S.A.	ITAÚ	2000
Banco do Estado da Bahia S.A.	BRADESCO	1999
Banco do Estado de Pernambuco S.A.	ABN/AMRO	1998
Banco do Estado de Minas Gerais S.A.	ITAÚ	1998
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A	BCN/BRADESCO	1997
Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A	ITAÚ	1997
Banco Meridional do Brasil S.A.	Banco Bozano	1997

Fonte: Bacen.

Elaborado pela autora.

Outro programa criado após a implantação do Plano Real e que também contribuiu para a reestruturação bancária foi o PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Havia uma preocupação por parte do Governo de que algumas instituições financeiras passariam por dificuldades e com isso haveria uma corrida aos saques nos bancos. Foi então que surge o PROER, que segundo Maia (2003, p. 1): “... baseou-se em dois princípios gerais: a preservação da estabilidade do sistema de pagamentos via garantia dos depósitos dos aplicadores; e a penalização das más políticas bancárias, via transferência do controle acionário das instituições socorridas pelo programa”.

Este programa afetou os bancos privados nacionais, resultando em fusões, aquisições e incorporações pelos bancos estrangeiros que se instalaram no país. Pode-se destacar a afirmação de Camargo (2009, p. 42): “O PROER, por sua vez, regulamentou a aquisição de bancos com problemas patrimoniais e de solvência, por meio da criação de linhas de crédito, de incentivos fiscais, de benefícios tributários e de isenção temporária do cumprimento de certas normas bancárias”.

Vários bancos receberam recursos do PROER, a seguir é apresentada uma tabela com alguns bancos que receberam esses recursos.

Tabela 1 – Bancos que receberam recursos do PROER.

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>VALOR RECEBIDO (em US\$ Bilhões)</b>
Banco Econômico	6,8
Banco Nacional	6,1
Banco Bamerindus	5,9
Banco Banorte	1,3
Banco Mercantil de Pernambuco	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>20,6</b>

Fonte: DIEESE. Subseção CNB/CUT (1998 apud Garcia, 2014, p. 19).

O quadro a seguir tem como objetivo mostrar algumas aquisições bancárias promovidas por este programa. Como destaca Espíndola (2016, p. 64), o HSBC é o primeiro banco estrangeiro a comprar um banco privado brasileiro, neste caso, o banco comprado é o Bamerindus.

Quadro 3 – Aquisições bancárias com incentivos do PROER.

Instituição	Comprador	Data
Banco Nacional	Unibanco	18/11/1995
Banco Econômico	Banco Excel	30/04/1996
Banco Mercantil	Banco Rural	31/05/1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17/06/1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23/08/1996
Banco United	Banco Antônio Queiroz	30/08/1996
Banco Bamerindus	HSBC	02/04/1997

Fonte: Corazza; Oliveira (2007, p. 159 apud Espíndola, 2016, p.64).

### 3.4 BANCOS E AGÊNCIAS BANCÁRIAS

De acordo com Jinkings (2006, p. 192) “A mudança na estrutura do sistema financeiro nacional e no perfil de suas instituições que marcou a década de 1990, produziu um intenso processo de concentração e centralização de capital no sistema”. Muitas agências foram fechadas e bancos foram vendidos, extintos e privatizados. A reestruturação no setor bancário ainda vem tendo destaque, recentemente no ano de 2015 o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal lançaram planos de incentivo a aposentadoria, conforme será visto no próximo capítulo referente ao estoque de emprego.

Pela tabela abaixo, sobre os dez maiores bancos, pode-se verificar que até o final do ano de 2015 os dez maiores bancos tinham a concentração do total de ativos, com 89% do

total do Sistema Bancário Nacional. Dentre eles o Banco do Brasil é o que mais possui o total de ativos, com 22,97% em relação a este grupo. O total de depósito também está concentrado nestes bancos, com 89% em relação ao total do Sistema Bancário, o Banco do Brasil possui a maior “fatia” com 23,64%. Eles possuem juntos 84% do total do patrimônio líquido, sendo o ITAÚ o banco que concentra sozinho 22,83% do patrimônio líquido do Sistema Bancário Nacional. Juntos esses bancos tem um lucro líquido que representa 96%, sendo o banco ITAÚ com a maior representatividade com 28,11%. Sobre a quantidade de agências também está concentrada com esses dez bancos, essa concentração representa 92% do total de agências do Sistema Bancário Nacional, dentre o grupo o Banco do Brasil possui 5.429 agências o que representa 23,77%.

Tabela 2 – Os dez maiores bancos no Brasil em dezembro de 2015.

Dez Maiores Bancos	Ativo Total (R\$ M)	Depósito Total (R\$ M)	PL(R\$ M)	LL(R\$ M)*	Basiléia	ROE	ROA	Qtd de agência
Banco do Brasil	1.438.965	465.860	71.680	11.344	16.1	15.8%	0.8%	5.429
Itaú	1.285.393	326.669	111.806	21.877	17.8	19.6%	1.7%	3.788
Caixa Econômica Federal	1.203.756	455.327	26.617	6.090	14.4	22.9%	0.5%	3.404
Bradesco	905.117	197.218	89.621	16.999	16.8	19.0%	1.9%	4.515
Santander	681.735	142.641	56.877	4.917	15.7	8.6%	0.7%	2.654
BTG Pactual	241.695	90.243	19.668	6.784	15.5	34.5%	2.8%	9
HSBC	175.059	56.153	9.543	-1.570	13.7	-16.5%	-0.9%	852
Safra	147.617	9.881	8.915	1.533	14.8	17.2%	1.0%	109
Votorantin	110.380	4.206	7.617	428	15.2	5.6%	0.4%	14
Citibank	76.046	14.905	7.686	1.061	13.6	13.8%	1.4%	127
Total	6.265.764	1.763.102	410.028	74.832	16.4	18.3%	1.2%	20.901
Sistema Bancário Nacional	7.006.340	1.970.019	489.681	77.840	15.8	15.9%	1.1%	22.840
Representatividade	89%	89%	84%	96%				92%

Fonte: BCB - Febraban: Painel Econômico e Financeiro 2015 – Nota \* anualizado.

Elaboração: Própria.

Nesta outra tabela, sobre o número de bancos brasileiros por categorias selecionadas é possível analisar que durante os anos em questão houve uma redução de Bancos Públicos, mais precisamente os bancos Públicos Estaduais que em dez anos diminui 35,14%. Com os Bancos Privados Nacionais e Estrangeiros aconteceu o inverso, houve um aumento desses bancos. Os Privados Nacionais apesar de ter tido uma queda de número de bancos entre 1994 e 1998, ainda assim em relação ao ano de 1988 para 1998 teve um aumento que representa aproximadamente 140%. Os Bancos Estrangeiros mantiveram nos três períodos analisados um crescimento que no final representou um aumento de 87,50%.

Tabela 3 – Número de bancos no Brasil por categorias selecionadas.

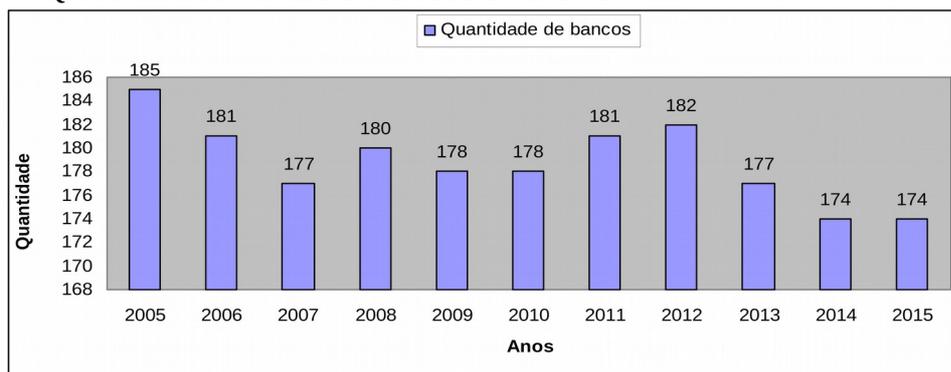
<b>Tipo de instituição</b>	<b>dez./88</b>	<b>jun./94</b>	<b>dez./98</b>
Bancos Públicos	43	40	30

Federais	6	6	6
Estaduais	37	34	24
Bancos Privados Nacionais	44	147	106
Bancos Estrangeiros	40	69	75
Filiais	18	19	16
Controle Estrangeiro	7	19	36
Participação Estrangeira	5	31	23
Bancos de Investimento	49	17	22
<b>TOTAL</b>	<b>166</b>	<b>273</b>	<b>233</b>

Fonte: Corazza (2011 apud Camargo, 2009, p. 47).

Conforme o gráfico a seguir sobre a quantidade de bancos no Brasil, é clara a redução de bancos, segundo os dados da Febraban durante os anos analisados, em 2005 foi o ano que o país teve o maior número de bancos, e ao chegar no final do ano de 2015 houve uma redução na quantidade de banco de 5,95%.

Gráfico 1 – Quantidade de Bancos entre 2005 e 2015 no Brasil.



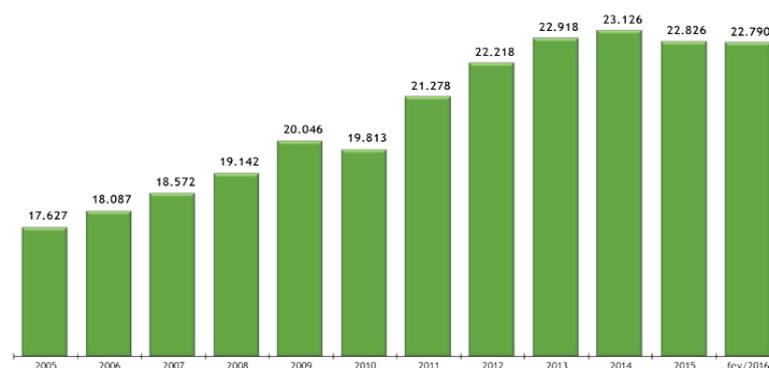
Fonte: FEBRABAN.

Nota: Inclui Banco Múltiplo, Banco Comercial (inclusive bancos estrangeiros, com filiais no país), Banco de Desenvolvimento, Caixa Econômica Federal, Banco de Investimento e Banco de Câmbio.

Elaboração: Própria

Verificando a quantidade de agências bancárias conforme a figura a seguir, pode-se analisar que de 2005 a 2009 houve um crescimento do número de agências bancárias representando um aumento de 13,72%. No ano seguinte teve uma pequena diminuição em relação ao ano anterior. De 2011 a 2014 houve um aumento a cada ano, no ano de 2015 teve outra diminuição em relação ao ano anterior, porém mesmo com essa diminuição, o ano de 2015 apresentou um aumento de quantidades de agências em relação a 2005 representando um aumento de 29,49%.

Figura 2 –  
Agências  
Brasil de 2005  
2016.

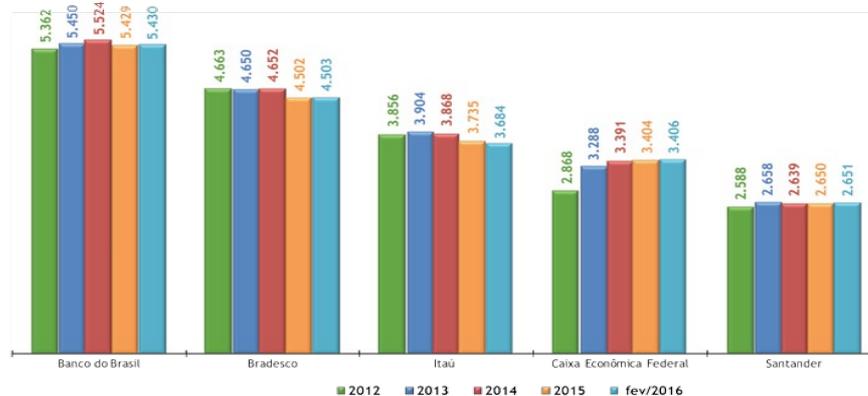


Quantidade de  
Bancárias no  
a fevereiro de

Fonte: FEBRABAN. 2015.

A seguir, será apresentado o gráfico dos cinco Bancos com as maiores redes de agências, o Banco do Brasil, Bradesco, ITAÚ, Caixa Econômica Federal e o Santander. Dos bancos públicos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal tiveram um aumento de agências que representou em 2015 respectivamente 1,25% e 18,69%, sendo a Caixa Econômica o banco que mais abriu agências bancárias neste período. Dos bancos privados, o Bradesco e o ITAÚ apresentaram uma diminuição de agências, o que representou respectivamente 3,45% e 3,14%, o Santander apresentou um aumento de 2,40%.

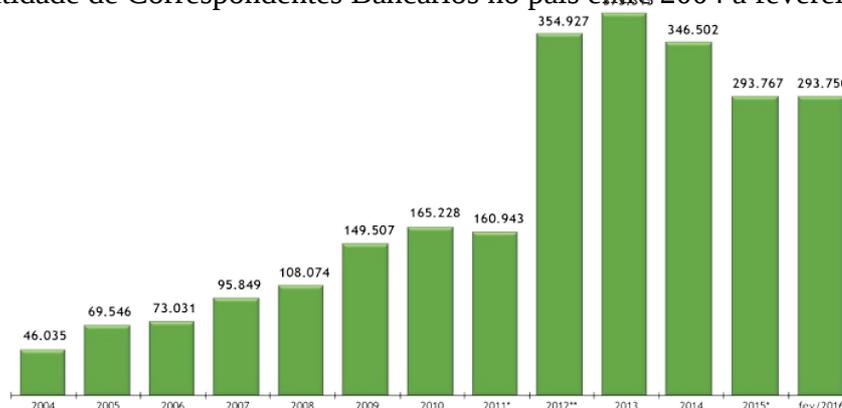
Figura 3 – Bancos com as maiores redes de Agências no Brasil entre 2012 a fevereiro de 2016.



Fonte: FEBRABAN 2015.

Nesta próxima figura sobre a quantidade de Correspondentes no país, houve um aumento expressivo na quantidade de correspondentes, de 2004 a 2015 o aumento representou 538,14%, ou seja, passou de 46.035 no ano de 2004 para 293.767 em 2015.

Figura 4 – Quantidade de Correspondentes Bancários no país entre 2004 a fevereiro de 2016.



Fonte: FEBRABAN 2015.

### 3.5 LUCRATIVIDADE E INVESTIMENTOS TECNOLÓGICOS

A reestruturação produtiva do capital implantou fortemente a introdução e uso dos meios tecnológicos em fábricas e indústrias. Para empresas que pretendem expandir seus negócios, ganhando mercado e inovando é fundamental que invistam em tecnologia e reduzam custos. Este é um caso que pode ser verificado no setor bancário, como afirma Souza (1997, p. 41-42): a reestruturação bancária fez com que os bancos passassem a investir altamente no processo de automação.

A redução de funcionários para o atendimento ao público foi devido à transferência de transações bancárias para os meios eletrônicos, como caixas eletrônicos, *Internet Banking*, *Home Banking*, *Office Banking*, reduzindo custos, priorizando o espaço interno das agências para atividades de negócios. Assim também os bancos conseguiram aumentar sua lucratividade.

A seguir, serão apresentados dados que mostram como os bancos se reestruturaram quanto ao uso dos meios tecnológicos e que mesmo com o controle da inflação, fator que favorecia os resultados dos bancos, os lucros seguiram elevados.

Para se obter uma noção da evolução do lucro líquido do setor bancário, serão verificados adiante alguns dados dos cinco maiores bancos do país: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco, ITAÚ Unibanco e Santander. Conforme a tabela a seguir a Caixa Econômica foi o banco que obteve o melhor resultado sobre o lucro líquido, com crescimento de 37,7% em relação a 2010, atingindo R\$ 5,18 bilhões, em valores absolutos foi o menor aumento, O Bradesco cresceu 10,0% em relação a 2010, totalizando R\$ 11 bilhões. O Banco do Brasil teve a menor evolução no crescimento do seu lucro com 3,6% de aumento em relação ao ano de 2010, obtendo um lucro líquido de R\$ 12,1 bilhões. Mesmo não tendo o maior crescimento que foi de 9,7% em relação a 2010, o lucro líquido do ITAÚ foi de R\$ 14,6 bilhões.

Tabela 4 – Lucro líquido dos cinco maiores bancos.

	2010	2011	
Banco do Brasil	11.703.185,00	12.125.990,00	3,6%
Caixa Econômica Federal	3.764.411,00	5.182.525,00	37,7%
Bradesco	10.021.673,00	11.028.266,00	10,0%
Itaú Unibanco	13.322.963,00	14.620.621,00	9,7%
Santander (IFRS)	7.382.574,00	7.755.853,00	5,1%
<b>Total</b>	<b>46.194.806,00</b>	<b>50.713.255,00</b>	<b>9,8%</b>

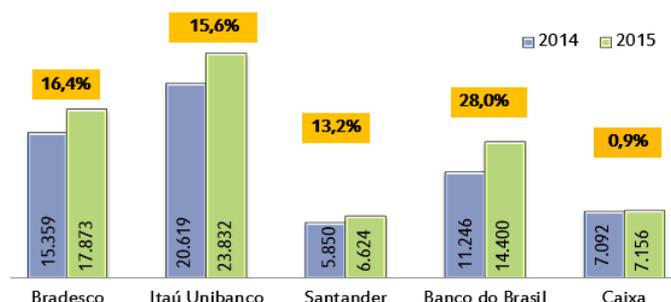
\_\_\_\_\_Dezembro de 2011 (em milhares de reais)\_\_\_\_\_

Fonte: Demonstrações Financeiras - Dezembro de 2011. Elaboração: DIEESE - Rede Bancários.

De acordo com a figura a seguir, o ITAÚ Unibanco tem o maior lucro líquido entre os cinco maiores bancos no Brasil, em 2015 o seu lucro líquido cresceu 15,6% em relação ao ano anterior, chegando a um total de R\$ 23,8 bilhões. O Bradesco com crescimento de 16,4% em relação a 2014 teve o segundo maior lucro líquido, totalizando R\$ 17,9 bilhões.

Sobre o Banco do Brasil, segundo o Dieese, o crescimento de 28% em 12 meses que chegou a 14,4% está considerando o efeito extraordinário que é a associação do BB Elo Cartões e a Cielo no segmento de meios de pagamentos eletrônicos. Ao desconsiderar esse efeito o crescimento em relação a 2014 foi de 2,2% alcançando um lucro de R\$ 11,6 bilhões. O lucro líquido da Caixa Econômica Federal, em 2015, chegou a R\$ 7,2 bilhões, com um crescimento de 0,9% em relação ao ano de 2014. O Santander, dentre esses bancos, foi o que apresentou o menor resultado, alcançou um lucro de R\$ 6,6 bilhões com uma alta de 13,2% em relação a 2014.

Figura 5 – Lucro Líquido dos cinco maiores bancos, excluindo-se efeitos extraordinários Brasil – 2014 e 2015 (em R\$ milhões).



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos.  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários.

Comparando a tabela e a Figura anterior observa-se que na variação do crescimento do lucro líquido os bancos privados: Bradesco, ITAÚ e Santander foram os que alcançaram os melhores índices de evolução. Em 2011 o Bradesco cresceu 10% em relação a 2010, em 2015 cresceu 16,4% em relação ao ano anterior. O ITAÚ Unibanco cresceu em 2011 9,7% em relação ao ano anterior, em 2015 cresceu 15,6% em relação a 2014. O Santander cresceu 5,1% de 2010 para 2011, já de 2014 para 2015 atingiu um crescimento de 13,2%.

Sobre o patrimônio líquido couberam aos segmentos dos bancos privados nacionais e estrangeiros, de acordo com a tabela a seguir, os primeiros lugares no crescimento do patrimônio líquido, durante todo esse período houve aumento, sendo que os bancos privados nacionais tiveram o maior patrimônio líquido com R\$ 86,1 bilhões, com crescimento de 237,65% em relação a 1996. Seguidos pelos Bancos Estrangeiros que alcançaram R\$ 44,1 bilhões em 2004 devido ao crescimento de 716,67% em relação a 1996. As cooperativas de créditos é o segmento que apresentou o menor patrimônio líquido atingindo em 2004 R\$ 4,2 bilhões tendo um aumento de 600% em relação a 1996. No total, o patrimônio líquido de todos esses segmentos correspondeu em 2004 o valor de R\$ 162,7 bilhões, com crescimento de 245,44% em relação a 1996.

Figura 6 – Patrimônio Líquido das instituições do segmento bancário (em bilhões R\$).

	12/96	12/97	12/98	12/99	12/00	12/01	12/02	12/03	06/04	12/04
Bancos e Caixas Estaduais	5,8	5,2	7,1	8,3	4,6	3,5	5,5	6,5	6,5	7,6
Banco do Brasil	5,6	5,3	6,3	7,3	8,0	8,9	9,2	12,4	12,9	14,1
Caixa Econômica Federal	4,2	4,1	3,4	3,9	3,1	4,0	4,6	5,9	6,2	6,7
Nacionais	25,5	23,5	31,1	34,9	40,6	52,1	57,7	79,7	81,6	86,1
Estrangeiros	5,4	6,5	13,7	19,0	22,8	31,3	39,0	42,1	42,4	44,1
Cooperativas de Crédito	0,6	0,7	1,0	1,3	1,6	2,1	2,6	3,4	3,7	4,2
Total	47,1	45,4	62,6	74,7	80,6	101,8	118,5	150,0	153,2	162,7

Fonte: TINTI; ABDULMACIH (2007, p.111 apud Espíndola, 2016, p. 74).

De acordo com a tabela a seguir verifica-se que os cinco maiores bancos no Brasil tiveram no período analisado diminuição em suas margens de lucro (bruta, operacional e líquida). A margem líquida é a qual indica o peso do resultado do lucro líquido dos bancos. Somente a Caixa Econômica obteve um aumento, cresceu de 9,6% para 9,8%. O ITAÚ Unibanco apresentou a maior margem líquida 14,4% no ano de 2011, o que comprova o resultado do seu lucro líquido como visto anteriormente. Na sequência vem o Bradesco e Banco do Brasil, com margem líquida de respectivamente 12,1% e 11,7%. Conforme Dieese (2012, p. 6) “todavia, o setor bancário apresenta resultados nada desprezíveis perante os demais setores da economia”, pois em 2011 o Banco Central implantou medidas para

restringir o crédito e controlar o crescimento da economia, o que pode explicar alguns resultados inferiores aos anos anteriores.

Tabela 5 – Margens de lucro dos cinco maiores bancos, em % da receita de intermediação Exercício de 2011.

<b>Banco</b>	Margem Bruta		Margem Operacional		Margem Líquida	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Banco do Brasil	31,3%	26,6%	22,5%	17,9%	14,3%	11,7%
Caixa Econômica Federal	31,5%	26,9%	6,9%	8,7%	9,6%	9,8%
Bradesco	38,0%	30,9%	20,9%	16,1%	14,2%	12,1%
Itaú Unibanco	43,6%	32,4%	25,4%	18,0%	16,7%	14,4%
Santander (IFRS)	41,5%	29,6%	14,3%	5,1%	9,3%	6,2%

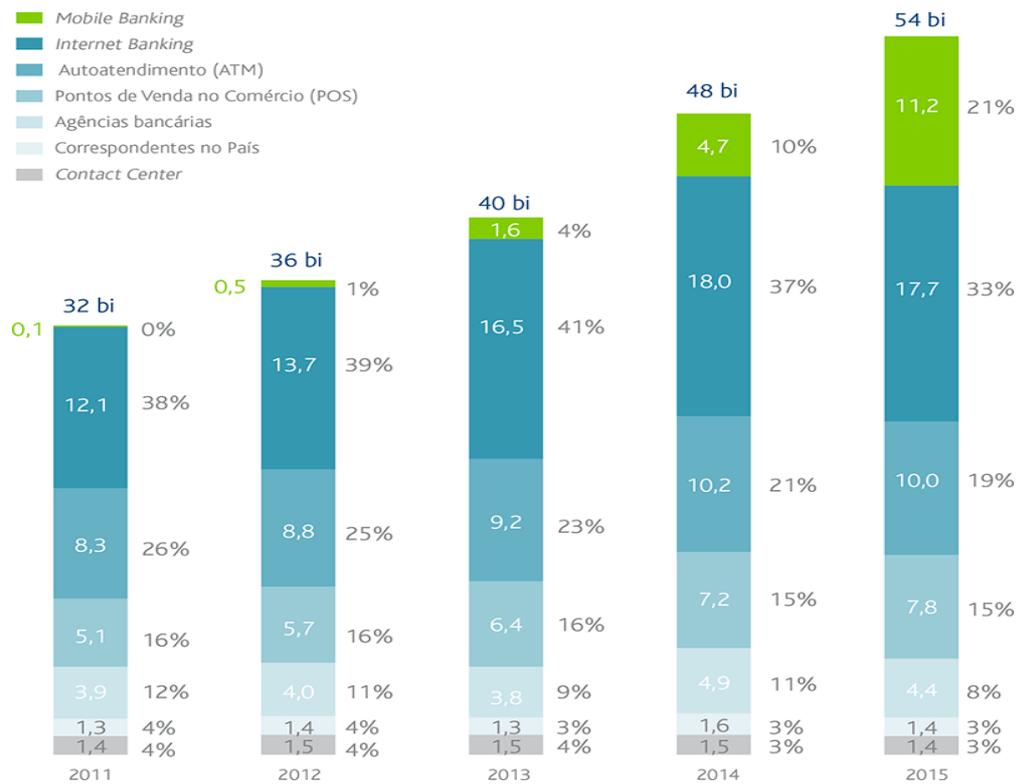
Fonte: Demonstrações Financeiras – Dezembro de 2011.

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários.

A reestruturação bancária fez com que bancos investissem fortemente em tecnologia. Não é somente em caixas eletrônicos ou dentro de agência que é possível buscar por um atendimento. Com o sinal de internet e o número elevado de pessoas que usam celulares e computadores, os clientes estão passando a se autoatender cada vez mais. Conforme os dados a seguir do relatório anual da FEBRABAN de 2015, observa-se com destaque no gráfico que o total de transações e atendimento com e sem movimentação financeira se deu em maiores volumes nos canais de atendimento como no *Mobile Banking*, *Internet Banking* e autoatendimento (ATM). O *Mobile Banking* elevou suas transações para aproximadamente 138% em relação a 2014, com o maior crescimento entre os outros canais, alcançou em 2015 11,2 bilhões de transações. Sendo que em 2011 suas transações não chegavam a 1% do total das transações entre os demais canais apresentados na Figura.

O total de transações por meio destes canais chegou a 54 bilhões, com um crescimento de 68,75% em relação a 2011. Em relação ao volume de transações através das Agências Bancárias verifica-se um aumento de 3,9 bilhões em 2011 para 4,4 bilhões em 2015, mas a participação no total apresentou uma queda de 12% em 2011 para 8% em 2015.

Figura 7 – Total de transações e atendimento com e sem movimentação financeira entre 2011 a 2015 (em bilhões).

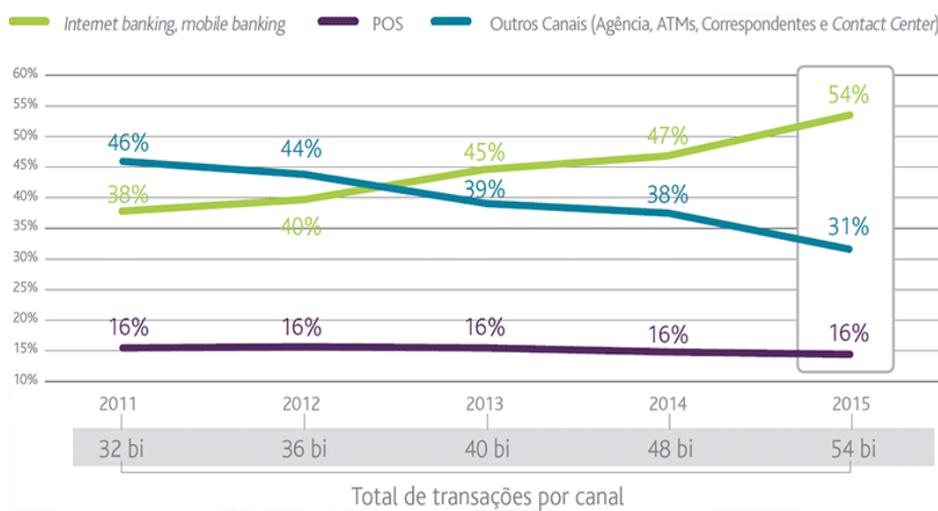


Fonte: Febraban 2015.

Na próxima Figura, fica evidente que clientes estão deixando de acessar os outros canais para acessar os canais digitais – *Internet Banking e Mobile Banking*. Esses dois canais juntos vêm crescendo mais que os outros, enquanto o POS manteve-se com 16% das transações durante os cinco anos.

Os outros canais tiveram uma redução em suas transações. Em 2011, era 46% do total chegando em 2015 para 31% do total das transações. Enquanto que a *Internet Banking e Mobile Banking* cresceu desde 2011, atingindo em 2015 54% do total das transações em relação as demais modalidades.

Figura 8 – Total de transações por canal entre 2011 a 2015.



Fonte: Febraban 2015.

Analisando somente o número de transações pela *Internet Banking*, verifica-se na figura a seguir que as transações com movimentações financeiras passaram para 17,7 bilhões em 2015, com um crescimento de 42,31% em relação a 2011. Enquanto que as transações sem movimentações financeiras cresceram 48,94% neste período.

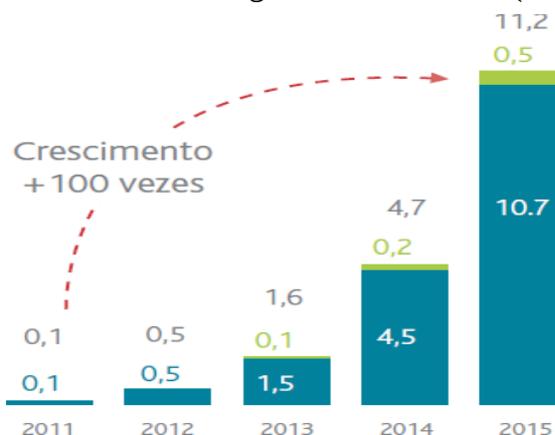
Figura 9 – Internet Banking, transações em bilhões, com ou sem movimentação financeira entre 2011 a 2015.



Fonte: Febraban 2015.

As transações no *Mobile Banking* vêm crescendo rapidamente, conforme a Figura a seguir, enquanto que nos anos de 2011 e 2012 somente eram feitas transações sem movimentações financeiras, chegou-se a um total de respectivamente de 0,1 e 0,5 bilhões de transações. Em 2013 é possível verificar que já são realizadas transações com movimentações financeiras. O total de transações em 2015 chegou a 11,2 bilhões com um crescimento de mais de cem vezes em relação a 2011.

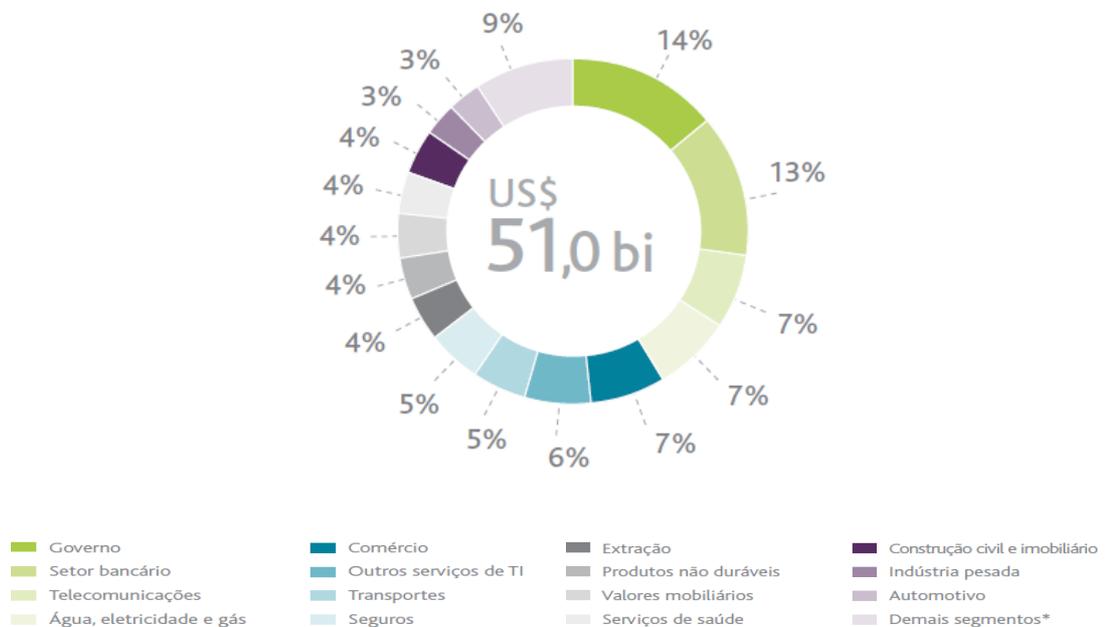
Figura 10 – Transações com Mobile Banking entre 2011 a 2015 (Bilhões).



Fonte: Febraban 2015.

Sobre investimento em tecnologia o setor bancário merece destaque, de acordo com o gráfico a seguir é o setor que mais investe em tecnologia, ficando atrás somente do Governo. O Brasil investiu US\$ 51 bilhões em tecnologia no ano de 2015, sendo que o setor bancário investiu 13%.

Figura 11 – Composição do dispêndio com tecnologia por setores no Brasil.



Fonte: Febraban 2015.

#### 4 OS EFEITOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SOBRE OS BANCÁRIOS

Foi a partir da implantação do Plano Real em 1994, com o controle da taxa de inflação, que ocorreu uma intensa reestruturação no setor bancário. Tanto bancos públicos como privados nacionais enfrentaram programas de privatizações, vendas, fusão e aquisição. Poucas instituições financeiras conseguiram permanecer ativas e atuando com sua própria razão social, mas muitas foram afetadas negativamente, com demissão do seu quadro de funcionários e fechamento de grandes números de agências. As mudanças como a concentração bancária se deu com a abertura da economia, que contribuiu para a vinda de

bancos privados estrangeiros, as terceirizações, o aumento do uso da tecnologia nos serviços e no atendimento aos clientes, a racionalização de custos causaram impactos negativos para a classe dos trabalhadores bancários. Neste capítulo serão analisados dados que mostram algumas consequências que a reestruturação produtiva trouxe para o trabalhador bancário.

#### 4.1 ESTOQUE DE EMPREGO

Os trabalhadores de modo geral sempre são afetados pelas mudanças ocorridas na política econômica do país, seja em medidas como nas reformas da previdência e trabalhista, bem como nas privatizações, a que muitos servidores e funcionários de autarquias sofreram duras consequências. De igual maneira, as medidas de reorganização produtiva e de inovações tecnológicas introduzidas pelo empregador também trazem consequências em sua grande maioria em prejuízo dos interesses dos trabalhadores. Pode-se destacar que a reestruturação produtiva é sinônimo de redução de custos e ampliação do desemprego, sendo que no caso dos trabalhadores bancários, esta categoria foi uma das que mais sofreu com a implantação daquelas medidas inovadoras. Assim, considera-se a afirmação de Silva (2002, p. 9),

A reestruturação produtiva no setor bancário tem significado mudanças no processo produtivo dos bancos. O trabalho bancário se intensificou devido ao uso de novas tecnologias e à organização das tarefas. A política de investimentos em novos produtos e serviços possibilitou um aumento do volume de trabalho com redução do nível de emprego, graças à reorganização do processo de trabalho.

Na Figura a seguir, pode-se verificar que no setor financeiro no Brasil o número de empregos vem se reduzindo. Em 1989 havia 811.425, até 1997 houve uma redução absoluta de 348.096, que correspondeu a uma queda de aproximadamente 42,9%, terminando o ano com 463.329.

Figura 12 – Estoque estimado de empregos no setor financeiro no Brasil: 1989-1997.

Empregos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Estoque	811.425	740.745	687.326	669.413	658.849	624.756	558.691	497.109	463.329
V. Absoluta	12.424	-70.680	-53.419	-17.913	-10.564	-34.093	-66.065	-61.582	-33.780
V. Relativa	n.d	-8,7%	-7,2%	-2,6%	-1,6%	-5,2%	-10,6%	-11,0%	-6,8%

Fonte: Silva (1999, p. 22 apud ESPÍNDOLA, 2016, p. 55).

No quadro a seguir, o estoque de emprego no setor financeiro de 1994 a 2000 continuava a destacar uma queda no estoque de emprego. Até 2000 houve uma redução de

31,56% em relação a 1994, totalizando a 388.030 o número de empregados. A maior redução foi em 1996 diminuindo 13,5% em relação ao ano anterior.

Quadro 4 – Estoque de empregos no setor financeiro Brasil: 1994 – 2000.

<b>Ano</b>	<b>Número de empregados</b>	<b>Variação absoluta</b>	<b>Variação relativa (%)</b>
<b>1994</b>	567.031	- 88.180	- 13,5
<b>1995</b>	558.691	- 8.340	- 1,5
<b>1996</b>	483.165	- 75.526	- 13,5
<b>1997</b>	446.830	- 36.335	- 7,5
<b>1998</b>	426.442	- 20.388	- 4,6
<b>1999</b>	384.932	- 41.510	- 9,7
<b>2000</b>	388.030	3.098	0,8
<b>Total 00/94</b>			<b>- 31,56%</b>

Fonte: Guilherme (2013, p. 177 apud ESPINDOLA, 2016, p. 92).

Nos dados da tabela a seguir, analisa-se que entre os seis maiores bancos no Brasil, que somente os bancos públicos admitiram empregados, a Caixa Econômica Federal empregou 7.293 funcionários em 2012, um aumento de 8,5% em relação a 2011. O Banco do Brasil gerou 372 novos postos de trabalho em 2012, com crescimento de 0,3% em relação ao ano anterior.

Com os bancos privados aconteceu o inverso, juntos fecharam 10.752 postos de trabalho, sendo o ITAÚ-Unibanco o que mais reduziu pessoal, atingindo um total de 7.935 de trabalhadores a menos, uma diminuição de 8,1% em relação a 2011.

Tabela 6 – Estoque de emprego nos seis maiores bancos e saldo Brasil – 2011 e 2012.

<b>Bancos</b>	<b>Dezembro</b>		<b>Variação</b>	<b>Saldo</b>
	<b>2011</b>	<b>2012</b>		
Banco do Brasil	113.810	114.182	0,3%	372
Caixa Econômica Federal	85.633	92.926	8,5%	7.293
Bradesco	104.684	103.385	-1,2%	-1.299
Itaú Unibanco	98.258	90.323	-8,1%	-7.935
Santander	54.564	53.992	-1,0%	-572
HSBC	23.483	22.537	-4,0%	-946

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos.  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários.

Para o ano de 2015, também é possível verificar que há redução de número de empregados. De acordo com a tabela a seguir, entre os cinco maiores bancos no Brasil somente o Santander aumentou o número de empregados, admitiu 715, com um crescimento de 1,5% atingindo um total de 50.024 novos postos de trabalho.

Os outros quatro bancos juntamente reduziram 11.026 postos de trabalho em 2015, em valores absolutos, a Caixa Econômica, o ITAÚ Unibanco, o Bradesco e o Banco do Brasil reduziram respectivamente 3.219, 2.711, 2.659 e 2.437 o número de empregados. Conforme o Dieese (2015, p. 11), a implantação de planos de aposentadoria pela Caixa e pelo Banco do Brasil justifica a redução de funcionários.

Tabela 7 – Número de empregados nos cinco maiores bancos e variação Brasil – 2014 e 2015.

Bancos	Ano			Varição
	2014	2015	%	Nominal
Itaú Unibanco	86.192	83.481	-3,1%	-2.711
Bradesco	95.520	92.861	-2,8%	-2.659
Banco do Brasil	111.628	109.191	-2,2%	-2.437
Caixa Econômica Federal	100.677	97.458	-3,2%	-3.219
Santander	49.309	50.024	1,5%	715
<b>Total</b>	<b>443.326</b>	<b>433.015</b>	<b>-2,3%</b>	<b>-10.311</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos.

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários.

## 4.2 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Os bancários ainda vêm sofrendo muitas perdas com as mudanças ocorridas pela reestruturação e não estão conseguindo freá-las. Como foi observado anteriormente, diminuiu muito o número de trabalhadores, o que está provocando uma intensificação na jornada de trabalho. De acordo com Dal Rosso (2008, p. 150) “entre todos os ramos de atividade pesquisados, bancos e finanças aparecem em primeiro lugar com relação à intensificação do trabalho”.

Para o autor, a polivalência, flexibilidade, versatilidade, busca por resultados, acúmulo de atividades e horas de trabalho são algumas formas de intensificar o trabalho. Com a diminuição de postos de trabalho, os serviços dentro das agências aumentaram para os bancários que permanecem ativos. Havendo assim uma sobrecarga, exigindo que os

funcionários sejam polivalentes, saibam fazer diversas atividades, acumulando tarefas e prestando um atendimento ao público rápido e de qualidade a fim de manter o banco competitivo. Com todas essas pressões há a busca pelo cumprimento de metas cada vez mais exigido pelas instituições financeiras. Os resultados positivos são alcançados através da venda de produtos como cartões de crédito, consórcios, seguros, capitalizações, previdências, entre outros. Há funcionários de bancos privados que trabalham fora do horário comercial fazendo vendas por telefone, exatamente em horários e dias que conseguem contatos facilmente com o público.

Jinkings (2006) considera os programas de “qualidade total” e de “remuneração variável” uma forma que os bancos implantaram para intensificar o trabalho.

O estabelecimento de metas e a premiação salarial por produtividade, a criação de equipes “de qualidade” nos locais de trabalho para supostamente estimular a participação dos bancários em decisões relativas ao processo de trabalho, as campanhas de vendas de “produtos”, além do desenvolvimento de um sistema intenso e sofisticado de comunicação banco-trabalhador, são estratégias concebidas para aperfeiçoar as condições do controle e da dominação do trabalho nos dias de hoje (Jinkings, 2006, p. 194).

Esses programas buscam um controle mais rígido sobre a venda de produtos e a produtividade de cada funcionário, já que a premiação leva em consideração o desempenho individual e coletivo, ou seja, se um funcionário não atingir sua meta, os demais colegas não receberão a premiação das metas coletivas. Com isso, há uma sobrecarga de trabalho, predominando a ansiedade pelo cumprimento das metas, o medo de ser demitido ou perder uma função como a de gerente, por exemplo, podendo gerar uma tensão e competição nas relações de trabalho e fragilizar a luta sindical.

Além de o trabalhador ter se sobrecarregado, houve mudanças na sua remuneração, os valores fixos permaneceram, o que os bancos implantaram foram os benefícios variáveis, que para o bancário receber vai depender da sua produtividade e da rentabilidade da instituição. Como afirma Larangeira (1997, p. 125): “a difusão da prática de remuneração variável ganhou apoio legal com a edição (e sucessiva reedição) da Medida Provisória (MP) sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em dezembro de 1994”. Ou seja, sobre o lucro obtido será pago somente um percentual em relação ao salário fixo do empregado, logo, assim como a remuneração variável, a participação nos lucros e resultados não serão pagos valores iguais para todos os funcionários do mesmo banco.

Com a introdução da tecnologia nos diversos setores, os trabalhadores são obrigados a se qualificar cada vez mais para manter o emprego e as empresas continuarem competitivas

no mercado. Assim, destaca-se a afirmação de Lorangeira (1997, p. 131), que as mudanças ocorridas nos bancos a partir da década de 90 passaram a exigir uma maior qualificação dos bancários. Os bancos começaram a investir em tecnologia e estruturar as agências para a área de vendas, logo, os bancários para garantir o seu emprego precisam ter muito conhecimento em informática, para poder operacionalizar com as máquinas, utilizar softwares e aplicativos. Com a pressão por vendas, o trabalhador bancário vê-se obrigado a buscar conhecimentos em matemática financeira, crédito, negociação, *leasing*, entre outros tantos produtos e serviços bancários. Isso somado ao estresse do dia-a-dia do trabalho gera desgaste físico e mental ao trabalhador.

### 4.3 SAÚDE DO TRABALHADOR

A saúde do trabalhador bancário também foi afetada pela reestruturação bancária, como destaca Barbarini (2001, p. 38) ao afirmar que o bancário é uma das categorias mais atingidas pelas doenças de LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho). Essas doenças tendem a aparecer em pessoas que exercem trabalhos monótonos e repetitivos, e quando há pressão por produtividade, pode também desencadear doenças psíquicas.

Os funcionários que desempenham a função de caixa são os mais propícios a apresentar essas doenças, como afirma Barbarini (2001, p. 142), que além do aumento da digitação, há também o aumento da pressão, a necessidade de estender o trabalho sem fazer pausa para conseguir atender rapidamente a fila e a dupla jornada de trabalho, seja em casa ou em outras atividades para complemento de renda, são fatores agravantes nos casos de LER/DORT.

Muitas situações no ambiente de trabalho podem provocar problemas psicológicos nos trabalhadores bancários, como destaca Jinkings (2006, p. 201-202) afirmando que o rígido controle que se tem nas agências sobre os funcionários, a pressão, a intensidade do trabalho, o medo de errar, de ser demitido, das relações tensas e competitivas nos ambientes laborais provocam sofrimentos psíquicos, o que pode “contaminar” o tempo livre de trabalho.

Outro problema grave que afeta a saúde do bancário é o assédio moral, que é conceituado segundo (Soboll, 2008b apud Soares e Villela, 2012, p. 207), como:

... um conjunto de comportamentos hostis, repetitivos e prolongados, que, articulados, se configuram como armadilhas. Estas são elaboradas intencionalmente, com a finalidade de minimizar os espaços de ação, pressionando a

pessoa de tal maneira que se torna insustentável a sua permanência num projeto, num setor ou na empresa, podendo levar a pedidos de afastamento, transferências ou desligamento, com possíveis repercussões para a saúde e para sua vida, profissional e social.

Segundo pesquisa realizada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (2014) publicada no site da Central Única dos Trabalhadores em 19 de agosto de 2014, no Brasil, os bancos estão entre as empresas com maior risco de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. Dados fornecidos pelo INSS informam que 18.671 bancários foram afastados do trabalho no ano de 2013 em todo o país, sendo 24,6% por LER/DORT e 27% por transtornos mentais e comportamentais, como por exemplo, estresse, depressão e síndrome do pânico. Conforme a presidenta do Sindicato, a senhora Juvandia Moreira, “o alto índice de afastamento está relacionado à gestão dos bancos que apostam numa rotina de metas abusivas, extrema pressão e assédio moral como meio de aumentar sua produtividade” (2014, site CUT). Ela informa também que uma pesquisa feita com 10.606 bancários, demonstra que a política adotada atualmente pelos bancos está comprometendo a saúde dos trabalhadores, deste total 17% confirmaram que usam medicamentos controlados.

Por fim, o aspecto mais importante e também menos comentado entre as mudanças operadas no ambiente de trabalho dos bancários é o aumento do número de suicídios. Netto (2013, p. 129) afirma que somente entre 1993 e 1995 no Brasil, mais de cem bancários tiveram mortes relacionadas ao trabalho, sendo que 72 devido ao suicídio. Em estudo realizado sobre o suicídio dos bancários brasileiros (Xavier, 1998, p. 22 apud Netto, 2013, p. 130), constatou-se que a maioria das cartas deixadas pelos suicidas responsabiliza o banco pela atitude extrema tomada pelo trabalhador. Chama a atenção no trabalho do autor, a referência a uma das cartas de um bancário suicida. Fora do corpo do texto da carta, o trabalhador escreveu em diagonal o seguinte: “Obs. Estou lúcido”.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A reestruturação produtiva do capital como pôde ser vista veio para aprimorar o capitalismo. A passagem do Taylorismo-Fordismo para o modo de produção Toyotista tornou o trabalho mais precário e explorado. As inovações tecnológicas foram essenciais para as mudanças que o capital precisava. As máquinas passaram a substituir o trabalhador, o qual foi submetido às condições impostas pelos empregadores. As ações sindicais começaram a perder força com a contratação de serviços terceirizados por parte das empresas, o que ocorreu fortemente a partir da década de 90 no Brasil.

O setor bancário brasileiro teve a partir da implantação do Plano Real uma reestruturação que ocasionou diversas mudanças. Havia muitos bancos públicos estaduais que ajudavam e eram importantíssimos para a economia local. Com a implantação do PROES quase todos eles foram privatizados, o Banrisul é uma das poucas instituições que permanece estatal. Promovendo mais a concentração bancária, o governo criou o PROER que resultou em fusão, aquisição e incorporação dos bancos privados nacionais.

Os bancos passaram a contratar mais serviços terceirizados para reduzir custos e aperfeiçoar os serviços que ampliassem suas margens de lucro. Com isso, houve uma redução no número de funcionários e de serviços operacionais, um bancário passou a executar inúmeras tarefas, que antes eram executadas pelos ocupantes das vagas extintas. A entrada dos trabalhadores terceirizados causa uma divisão entre tipos diferentes de trabalhadores convivendo no mesmo ambiente laboral, o que prejudica a própria organização e união sindical dos trabalhadores.

A centralização bancária fica evidente quando compara os dez maiores bancos no Brasil com todo o Sistema Bancário Nacional, por exemplo, os dez juntos em 2015 possuíam 92% do total de agências existentes. Houve uma diminuição na quantidade de bancos, isto pode ser explicado pelo fato de muitos terem sido privatizados e vendidos, gerando também demissões em massa.

O aumento de correspondentes bancários também contribuiu para a redução de postos de trabalho. Uma vez que os bancos com o intuito de reduzir custos operacionais e custos com pessoal passaram a usar este tipo de serviço para algumas transações bancárias.

O setor bancário por ser o setor mais rentável no Brasil é o que mais investe em tecnologia. Os bancos possuem diversos canais digitais, como *Internet Banking*, *Mobile Banking*. Canais que reduzem custos, pois o cliente não precisa ir até uma agência para ter atendimento, os custos passam a ser do cliente como o uso do sinal de internet, impressão de comprovantes e energia elétrica. Isso é prejudicial ao bancário, pois a máquina passa a prestar atendimento que antes era feito por vários funcionários, que se sentem inseguros frente a tantos avanços tecnológicos, temendo perder o emprego.

A reestruturação bancária favoreceu os banqueiros, o forte investimento em tecnologia e redução de custos contribuíram para o aumento da lucratividade dos bancos.

Se para os banqueiros a reestruturação produtiva no setor serviu para ampliar suas margens de lucro, os efeitos sobre os trabalhadores bancários foram em sua maioria negativos. As mudanças ocorridas a partir da década de 90 fez com que sua rotina de trabalho se intensificasse, o trabalhador para aguentar o árduo dia de trabalho viu-se obrigado a se

qualificar rápido e diariamente, tornando-se polivalente e flexível para garantir seu emprego e atender a demanda dos clientes.

A pressão se generalizou em todas as agências por busca de produtividade e atingir metas, houve uma ampliação do desemprego como em nenhum outro setor, em decorrência disso, foi verificado o aumento de doenças psíquicas e físicas, gerando afastamentos, dependência de medicamentos controlados e até mesmo um grande índice de suicídios entre os bancários.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BANCO BRADESCO S.A. Disponível em:  
<<https://banco.bradesco/html/classic/sobre/nossa-historia.shtm>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Bancos Estaduais Privatizados**. Brasília, 2017. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/lid/gerop/instituicoesPrivatizadas.pdf](http://www.bcb.gov.br/lid/gerop/instituicoesPrivatizadas.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Bancos múltiplos**. Brasília, 2017. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp](http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp)>. Acesso em: 17 mai. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional. Brasília 2017. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>> Acesso em: 17 mai. 2017.

BANRISUL. Disponível em: <<http://www.banrisul.com.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

BARBARINI, N. **Trabalho Bancário e reestruturação produtiva: implicações no psiquismo dos trabalhadores**. 2001. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BEZERRA, R. R. **Análise do setor bancário: A presença dos bancos espanhóis no Brasil**. 2005. 147 p. Dissertação-Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2005.

BRANDÃO, V. R. Da M. **O PROES e a Privatização dos Bancos Estaduais** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CAMARGO, P.O. A evolução recente do setor bancário no Brasil. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.

COSTA NETO, Y.C. Bancos Oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento: In: Banco Central do Brasil. Brasília, 2004. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros\\_bancos\\_oficiais.pdf](https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros_bancos_oficiais.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2017.

DIEESE. Desempenho dos Bancos – Rede Bancários 2011. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2012/desempenhoBancos2011.pdf>> Acesso em: 23 mai. 2017.

DIEESE. Desempenho dos Bancos – Rede Bancários 2012. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2012/desempenhoBancos2012.pdf>> Acesso em: 23 mai. 2017.

DIEESE. Desempenho dos Bancos – Rede Bancários 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2015.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

ESPÍNDOLA, N.C. **Reestruturação do sistema bancário brasileiro no período pós-estabilização macroeconômica**. 2016. 127 f. Monografia (Especialização em Ciências Econômicas)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016. Disponível

em:<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167580/Monografia%20da%20Nic%C3%B3li%20Esp%C3%ADndola.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

FEBRABAN. Painel Econômico e Financeiro 2015. 1º Edição. Disponível em: <[https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Painel\\_VP\\_FINAL.pdf](https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Painel_VP_FINAL.pdf)> Acesso em: 23 mai. 2017.

FEBRABAN. Relatório Anual 2015. Disponível em: <<https://relatorioanual2015.febraban.org.br/pt/destaques-institucionais.htm#relacionamento-com-clientes>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

GARCIA, A. A. **Reestruturação bancária: Evolução, concentração e suas consequências para os trabalhadores período de 1990 à 2013**. 2014. 61 f. Monografia (Especialização em Ciências Econômicas)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

ITAÚ Unibanco. Disponível em: <<https://www.itaubanco.com.br/sobre/memoria/um-banco-com-nove-decadas-de-muita-historia.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

JINKINGS, N. A reestruturação do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

JÚNIOR, M.F.F. **A terceira Revolução Industrial e novo paradigma produtivo**. Algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 90. Rev. FAE, Curitiba, V.3, n.2, p. 45-62, mai/ago. 2000.

LARANGEIRA, S.M.G. Reestruturação produtiva no setor bancário: A realidade dos anos 90. Educação e Sociedade, ano XVIII, nº 61, p.110-138, dez. 1997.

LUNDBERG, E.L. Bancos Oficiais e Crédito Direcionado - O que diferencia o mercado de crédito brasileiro? 2011, disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

LUZ, I. da, VIDEIRAS, S. L. **A privatização dos bancos estaduais no Brasil**, 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/12619320-A-privatizacao-dos-bancos-estaduais-no-brasil.html>> Acesso em: 23 ago. 2016.

MAIA, G.V.S. **Reestruturação bancária no Brasil: Caso do PROER**. Brasília, n. 38, p.1-13, jun. 2003. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2003nt38ReestrutBancBrasilp.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2003nt38ReestrutBancBrasilp.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MARCELINO, P. R. P. Honda: Terceirização e precarização a outra face do toyotismo. In: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

NETTO, N. D. Suicídio e trabalho: breves considerações acerca da relação entre sofrimento e alienação. In: LOURENÇO, E. A. S. e NAVARRO, V. L. (orgs.). **O avesso do trabalho III** – saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

OLIVEIRA, E. de. **Toyotismo no Brasil: Desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

PERES, M.A.C. Do taylorismo/fordismo à acumulação flexível toyotista: novos paradigmas e velhos dilemas. Intellectus. Revista Acadêmica Digital da Faculdade de Jaguariúna, Sumaré/SP, v.2, n.Jul/2004, p.01-50, 2004.

ROSSO, S. D. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SALVIANO JÚNIOR, C. Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROER. In: **Banco Central do Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: [http://WWW.bcb.gov.br/htms/public/Banco Estaduais/livro\\_bancos\\_estaduais.pdf](http://WWW.bcb.gov.br/htms/public/Banco_Estaduais/livro_bancos_estaduais.pdf). Acesso em: 19 jun. 2016.

SANTOS, V. C. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: Mudança na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. In: VI Colóquio Internacional Marx e Engels. Grupo Temático 9 - Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo, 2009 Campinas. **Anais...** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/index.php?texto=gt9](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/index.php?texto=gt9). Acesso em: 22 ago. 2016.

SILVA, J. C da. A Reestruturação produtiva no setor bancário em Santa Catarina. Revista de Ciências da Administração – v.4, n.08, jul/dez 2002.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO: Bancários estão entre as categorias que mais adoecem no país. Publicado em 19/08/2014. Disponível em: <http://cut.org.br/noticias/bancarios-estao-entre-as-categorias-que-mais-adoecem-no-pais-48ac/>. Acesso em: 11 jun. 2017.

SOARES, L. R; VILLELA, W. V. **O assédio moral na perspectiva de bancários**. Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 37 (126): 203-212, 2012.

SOUZA, L. N.de. Reestruturação produtiva no setor bancário: a terceirização e seus impactos sobre o trabalhador bancário. 1997. Trabalho de conclusão de curso.

VIEIRA, J. A. G; PEREIRA, H. F. S; PEREIRA, W. N. do A. **Histórico do Sistema Financeiro Nacional**. E.locução/Revista científica da FAEX, Edição 02 – Ano 1 – 2012. Acesso em: 27 mar. 2017.